

UFV

Universidade Federal
de Viçosa

RELATÓRIO CONTÁBIL

www.ufv.br



Relatório Contábil

Exercício 2025

Fundação Universidade Federal de Viçosa
Órgão 26282

Viçosa/MG

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RELATÓRIO CONTÁBIL – 4º TRIMESTRE DE 2025

REITOR: Demetrius David da Silva

VICE-REITORA: Rejane Nascentes

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: Evandro Rodrigues de Faria

CONTADORA RESPONSÁVEL: Camila Henriques de Paula – CRC MG 104.978/O-4

DIRETORIA FINANCEIRA: dfinanc@ufv.br

UFV/PPO/DFN
2025



APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi elaborado com base na Macrofunção do Manual Siafi 02.03.15 – Conformidade Contábil, que estabelece que as demonstrações contábeis (DCONs) e as notas explicativas trimestrais devem compor o Relatório Contábil. Este documento está fundamentado na NBC TSP: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação da informação contábil a qual estabelece que o papel deste relatório é fornecer informação útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

As DCONs constituem o núcleo da informação contábil e as notas explicativas são parte integrante dessas, com a finalidade de auxiliar os usuários a entenderem melhor, no contexto do órgão/entidade, as informações financeiras e não financeiras. Nesse contexto, as notas explicativas fornecem as informações adicionais que aprimoram e complementam as DCONs, sendo elaboradas de forma simples e objetiva para facilitar a compreensão pelos usuários.

Desta forma, na sessão 01 serão apresentadas as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Na seção seguinte serão apresentadas as Notas Explicativas, parte integrante das demonstrações contábeis, com intuito de fornecer informações adicionais, narrativas e detalhamentos de itens apresentados nas demonstrações contábeis e aqueles que não se enquadram nos critérios de reconhecimento.



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Fundação Universidade Federal de Viçosa. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Para fins da declaração esta Contadora observou inicialmente a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PG 01 – Código de Ética do Profissional Contador, principalmente no que tange a exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

O Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64 e Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT TSP 11 de 18/10/2018 (D.O.U. 31/10/2018), NBCT TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016 (D.O.U. 04/10/2016), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto no tocante ao:

a) Bens móveis:

Os valores dos bens móveis evidenciados nos demonstrativos contábeis não representam, de forma plenamente fidedigna, o patrimônio do órgão. Tal situação decorre do fato de o atual Sistema Integrado de Materiais (SIM), desenvolvido pela UFV e utilizado para o gerenciamento dos processos de controle patrimonial, não possuir integração com os demais Sistemas Estruturantes do Governo Federal, ocasionando divergências na conciliação e no acompanhamento tempestivo da evolução patrimonial entre os sistemas patrimonial e contábil.

Providências:

Está em andamento a migração para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), instituído pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02 de junho de 2020, com a finalidade de gerenciar e controlar os acervos de bens móveis permanentes e de consumo, bens intangíveis e frota de veículos, incluindo o cálculo da depreciação e da amortização. A implantação do módulo de patrimônio encontra-se na fase de correlação dos bens nos *campi* de Viçosa (CAV), Florestal (CAF), Rio Paranaíba (CRP) e Capinópolis (CEPET). Com isso, espera-se ajustar os registros dos bens patrimoniais e corrigir os saldos de depreciação acumulada.

b) Bens intangíveis

Verifica-se a ausência de evidenciação, nos demonstrativos contábeis, dos registros relativos a marcas, patentes e da realização do teste anual de redução ao valor recuperável (*impairment*) dos bens intangíveis classificados com vida útil indefinida, os quais não estão sujeitos à amortização.

Providências:

Foi solicitada à Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), por meio do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA**

processo SEI nº 23114.913493/2022-81, a relação dos bens intangíveis e demais bens incorpóreos ou imateriais da instituição, classificados conforme sua natureza (marcas, patentes, softwares, contratos, licenças, direitos autorais, desenvolvimento de tecnologias, entre outros), contendo a descrição completa, origem (forma de aquisição) e tipo (permanente ou temporária), com vistas ao levantamento inicial e à avaliação em conformidade com a legislação vigente. Ressalta-se que o registro contábil desses ativos está condicionado à sua adequada valoração, que depende de designação de comissão específica composta por membros com o preparo técnico exigido para a aplicação das NBC TSP 07 a 10. Adicionalmente, foi desenvolvido o módulo de controle de bens intangíveis no Sistema Integrado de Materiais (SIM), cuja implantação para o registro de softwares adquiridos de terceiros está prevista para janeiro de 2026. Esse módulo permitirá o aprimoramento dos procedimentos de controle, mensuração e integração tempestiva das informações com a contabilidade.

Estou ciente das responsabilidades cíveis e profissionais desta declaração.

Viçosa, 23 de janeiro de 2026.

Camila Henriques de Paula
CRC/MG 104.978/O-4
Contadora Responsável



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA**

UFV
Universidade Federal
de Viçosa
— ■ —

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	PERÍODO
2025	4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO	PÁGINA
21/01/2026	1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO	ESPECIFICAÇÃO		ATIVO CIRCULANTE	ESPECIFICAÇÃO		PASSIVO	ESPECIFICAÇÃO	
	2025	2024		2025	2024		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	104.525.210,99	88.500.514,49	PASSIVO CIRCULANTE				298.320.091,73	268.053.525,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	101.880.172,27	86.412.814,20	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo				75.838.450,48	54.867.050,16
Créditos a Curto Prazo	1.662.703,12	1.353.720,85	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo				-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo				2.643.835,96	2.441.296,99
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo				574.439,44	444.515,89
Demais Créditos e Valores	1.662.703,12	1.353.720,85	Transferências Fiscais a Curto Prazo				-	-
Demais Créditos e Valores	1.662.703,12	1.353.720,85	Provisões a Curto Prazo				-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo				219.263.365,85	210.300.662,92
Estoques a Curto Prazo	982.335,60	733.979,44						
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-						
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	-	-						
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.376.861.188,15	1.305.570.537,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo				-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo				-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo				-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo				-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo				-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo				-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo				-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-						
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL				298.320.091,73	268.053.525,96
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-						
Demais Investimentos Permanentes	-	-						
Demais Investimentos Permanentes	-	-						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-						
Imobilizado								
Bens Móveis	1.376.243.284,37	1.304.866.766,26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Bens Móveis	188.646.014,00	146.293.143,85						
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	281.513.070,36	229.498.779,03	ESPECIFICAÇÃO					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-92.867.056,27	-83.205.635,18						
Bens Imóveis	1.187.597.270,28	1.158.573.622,41						
Bens Imóveis	1.188.105.926,59	1.158.720.238,90						
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-508.656,31	-146.616,49						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-						
Intangível								
Softwares	617.903,78	703.771,12	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Softwares	511.964,00	507.831,34						
(-) Amortização Acumulada de Softwares	511.964,00	507.831,34						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-						



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	105.939,78	105.939,78			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	105.939,78	105.939,78			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.481.386.399,14	1.394.071.051,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.481.386.399,14	1.394.071.051,87

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	101.880.172,27	86.412.814,20	PASSIVO FINANCEIRO	189.399.097,92	140.292.571,73
ATIVO PERMANENTE	1.379.506.226,87	1.307.658.237,67	PASSIVO PERMANENTE	160.374.905,55	171.255.001,42
			SALDO PATRIMONIAL	1.131.612.395,67	1.082.523.478,72

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	43.973.500,89	37.214.618,29	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	232.817.200,12	188.721.805,49
Atos Potenciais Ativos	43.973.500,89	37.214.618,29	Atos Potenciais Passivos	232.817.200,12	188.721.805,49
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	42.658.185,21	35.191.716,88	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	1.315.315,68	2.022.901,61	Obrigações Contratuais	232.817.200,12	188.721.805,49
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	43.973.500,89	37.214.618,29	TOTAL	232.817.200,12	188.721.805,49

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-63.468.089,78
Recursos Vinculados	-24.050.835,87
Educação	-2.273.932,20
Previdência Social (RPPS)	-8.170.287,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/01/2026	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO	
Dívida Pública			-1.276.263,87
Fundos, Órgãos e Programas			-12.330.352,22
TOTAL			-87.518.925,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 21/01/2026	PAGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIOSA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.432.860,00	2.432.860,00	1.958.682,72	-474.177,28
Valores Mobiliários	1.033.347,00	1.033.347,00	944.605,24	-88.741,76
Delegação de Serviços Públicos	1.399.513,00	1.399.513,00	1.014.077,48	-385.435,52
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.812.394,00	11.812.394,00	9.830.365,31	-1.982.028,69
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	11.810.537,00	11.810.537,00	9.829.567,85	-1.980.940,15
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	1.857,00	1.857,00	777,48	-1.079,54
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	35.400,00	35.400,00	206.885,30	171.485,30
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	35.400,00	35.400,00	206.885,30	171.485,30
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	450.006,00	450.006,00	-	-450.006,00
Alienação de Bens Imóveis	450.006,00	450.006,00	-	-450.006,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)	
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 2	
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	14.730.660,00	14.730.660,00	11.995.933,33	-2.734.726,67	
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	14.730.660,00	14.730.660,00	11.995.933,33	-2.734.726,67	
DÉFICIT			1.294.911.563,95		1.294.911.563,95
TOTAL	14.730.660,00	14.730.660,00	1.306.907.497,28		1.292.176.837,28
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS					
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	451.735.613,00		-451.735.613,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	826.525.738,00	1.274.825.183,00	1.295.674.808,63	1.257.331.930,69	1.129.677.069,25	-20.849.625,63
Pessoal e Encargos Sociais	657.251.448,00	1.091.267.945,00	1.092.452.687,48	1.092.452.686,62	973.650.866,90	-1.184.742,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	169.274.290,00	183.557.238,00	203.222.121,15	164.879.244,07	156.026.202,35	-19.664.883,15
DESPESAS DE CAPITAL	6.840.472,00	10.276.640,00	11.232.688,65	3.877.018,68	3.824.422,25	-956.048,65
Investimentos	6.840.472,00	10.276.640,00	11.232.688,65	3.877.018,68	3.824.422,25	-956.048,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	833.366.210,00	1.285.101.823,00	1.306.907.497,28	1.261.208.949,37	1.133.501.491,50	-21.805.674,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	833.366.210,00	1.285.101.823,00	1.306.907.497,28	1.261.208.949,37	1.133.501.491,50	-21.805.674,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)			
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 3			
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL				
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	833.366.210,00	1.285.101.823,00	1.306.907.497,28	1.261.208.949,37	1.133.501.491,50	-21.805.674,28

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	6.290.240,68	23.853.214,50	25.455.841,47	25.354.615,26	578.337,11	4.210.502,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.290.240,68	23.853.214,50	25.455.841,47	25.354.615,26	578.337,11	4.210.502,81
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.373.343,28	10.977.248,73	11.290.395,64	11.193.233,29	414.109,14	1.743.249,58
Inversões Financeiras	2.373.343,28	10.977.248,73	11.290.395,64	11.193.233,29	414.109,14	1.743.249,58
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.663.583,96	34.830.463,23	36.746.237,11	36.547.848,55	992.446,25	5.953.752,39

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	2.298.932,74	92.690.720,94	92.659.771,13	-	2.329.882,55
Juros e Encargos da Dívida	-	84.409.130,94	84.409.130,94	-	-
Outras Despesas Correntes	2.298.932,74	8.281.590,00	8.250.640,19	-	2.329.882,55
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	40.141,60	92.296,43	88.678,05	-	43.759,98
Inversões Financeiras	40.141,60	92.296,43	88.678,05	-	43.759,98
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.339.074,34	92.783.017,37	92.748.449,18	-	2.373.642,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	11.995.933,33	14.453.019,10	Despesas Orçamentárias	1.306.907.497,28	1.135.482.239,31
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	1.159.490.777,28	853.027.846,88
Recursos Vinculados	12.023.650,71	15.491.700,34	Recursos Vinculados	147.416.720,00	282.454.392,43
Previdência Social (RPPS)	12.023.650,71	15.491.650,84	Educação	1.809.984,10	8.368.390,38
Fundos, Órgãos e Programas	40,50	-	Seguridade Social (Exoeto Previdência)	34.408.323,00	600.000,00
Recursos Não Classificados	-27.717,38	-1.038.681,24	Previdência Social (RPPS)	85.210.130,16	256.160.129,92
(-) Deduções da Receita Orçamentária	1.272.215.212,03	1.130.669.697,53	Fundos, Órgãos e Programas	25.988.282,74	17.325.872,13
Transferências Financeiras Recebidas	1.217.883.556,91	1.078.364.003,20	Transferências Financeiras Concedidas	12.263.850,95	11.505.580,96
Resultantes da Execução Orçamentária	1.209.036.969,83	1.087.152.304,38	Resultantes da Execução Orçamentária	8.848.178,56	9.481.774,91
Repasse Recebido	8.846.587,08	9.211.698,84	Repasse Concedido	1.591,48	7.659,92
Sub-repasso Recebido	54.331.655,12	54.305.694,33	Sub-repasso Concedido	8.846.587,08	9.211.698,84
Independentes da Execução Orçamentária	25.830.180,45	43.810.614,71	Repasse Devolvido	-	262.416,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	100.000,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	3.415.872,39	2.023.808,05
Demais Transferências Recebidas	28.401.474,67	10.495.079,82	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.164.729,99	1.986.558,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Demais Transferências Concedidas	10.124,43	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.240.817,97	37.247,81
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	180.424.534,84	129.587.917,45	Pagamentos Extraorçamentários	129.996.973,90	127.099.452,33
Inscrição de Restos a Pagar Processados	127.707.457,87	92.670.476,99	Pagamento de Restos a Pagar Processados	92.748.449,18	79.683.969,16
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	45.698.547,91	34.830.463,23	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	36.547.848,55	47.029.636,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.648.755,63	2.041.280,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	659.491,24	385.847,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários	369.773,43	36.697,06	Outros Pagamentos Extraorçamentários	41.184,93	-
Arredondação de Outra Unidade	369.773,43	36.697,06	Demais Pagamentos	41.184,93	-
Saldo do Exercício Anterior	86.412.814,20	85.789.452,72	Saldo para o Exercício Seguinte	101.880.172,27	86.412.814,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.412.814,20	85.789.452,72	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.880.172,27	86.412.814,20
TOTAL	1.551.048.494,40	1.360.500.086,80	TOTAL	1.551.048.494,40	1.360.500.086,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.364.482.140,25	1.217.596.151,51
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11.145.876,20	12.416.078,92
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	11.145.876,20	12.416.078,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.012.266,70	1.519.380,27
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	27,55	15.201,24
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.012.239,15	1.504.179,03
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.323.591.742,41	1.148.006.560,67
Transferências Intragovernamentais	1.272.215.212,03	1.130.669.697,53
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	51.376.530,38	17.336.863,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	28.519.540,91	55.536.451,32
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	429.000,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	32.344,14	3.391.442,82
Ganhos com Desincorporação de Passivos	28.487.196,77	51.716.008,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	212.714,03	117.680,33
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PÉRIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2025	2024
Subvenções Económicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		212.714,03	117.680,33
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.343.944.236,10	1.235.459.244,66
Pessoal e Encargos		703.370.616,92	597.873.656,44
Remuneração a Pessoal		542.570.090,30	468.080.916,36
Encargos Patronais		118.823.073,79	101.529.308,38
Benefícios a Pessoal		41.977.482,83	38.263.433,70
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		465.553.303,94	413.230.853,59
Aposentadorias e Reformas		364.476.366,05	321.251.301,21
Pensões		71.685.282,03	65.643.720,95
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		29.391.675,86	26.335.831,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		112.220.831,75	115.060.058,63
Uso de Material de Consumo		8.596.840,91	8.865.838,56
Serviços		90.588.653,27	95.976.166,08
Depreciação, Amortização e Exaustão		13.035.537,57	10.218.053,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.145,33	1.787.022,09
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		2.131,33	1.786.864,94
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		14,00	157,15
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		13.304.925,66	13.219.694,68
Transferências Intragovernamentais		12.305.035,88	11.505.580,96
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		65.913,97	63.907,40
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		933.975,81	1.650.206,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		35.393.206,24	82.520.875,21
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		1.413,60	18.349,99
Incorporação de Passivos		17.607.100,90	28.726.932,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	17.784.691,74	53.775.592,44
Tributárias	754.653,45	630.173,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	754.653,45	630.173,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.344.352,81	11.136.910,40
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	13.186.218,55	10.975.594,43
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	158.134,26	161.315,07
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.537.904,15	-17.863.093,15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERÍODO
2025	4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
21/01/2026	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS OPERACIONAIS	30.573.691,66	19.402.977,05
Receita Tributária	1.291.229.674,42	1.146.771.693,86
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.958.682,72	1.105.774,62
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	9.830.365,31	11.325.338,39
Remuneração das Disponibilidades	-	1.511.922,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	206.885,30	80.983,27
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.279.233.741,09	1.132.747.674,76
Ingressos Extraorçamentários	6.648.755,03	2.041.280,17
Transferências Financeiras Recebidas	1.272.215.212,03	1.130.669.697,53
Arrendação de Outra Unidade	369.773,43	36.667,08
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.260.655.982,76	-1.127.368.716,81
Pessoal e Demais Despesas	-1.139.835.722,47	-1.015.705.994,51
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-318.114,00	-322.408,88
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-186.572,40
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-425.746.737,15	-370.824.689,91
Saúde	-600.000,00	-
Trabalho	-180.000,00	-
Educação	-709.948.137,47	-633.898.286,35
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-100.000,00	-
Agricultura	-1.612.780,55	-100.000,00
Organização Agrária	-1.311.843,30	-10.022.876,61
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO 21/01/2026	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

		2025	2024
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-334.308,56
Encargos Especiais		-18.110,00	-16.852,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-107.855.733,17	-99.771.294,30
Intergovernamentais Concedidas		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais Concedidas		-107.789.810,20	-99.707.386,90
Outras Transferências Concedidas		-65.913,97	-63.907,40
Outros Desembolsos Operacionais		-12.964.527,12	-11.891.428,00
Dispêndios Extraorçamentários		-659.491,24	-385.847,04
Transferências Financeiras Concedidas		-12.283.850,95	-11.505.580,96
Demais Pagamentos		-41.184,93	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-15.106.333,59	-18.779.615,57
INGRESSOS DE INVESTIMENTO		-	429.000,00
Alienação de Bens		-	429.000,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO		-15.106.333,59	-19.208.615,57
Aquisição de Ativo Não Circulante		-15.069.708,95	-19.181.572,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-36.624,64	-27.042,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.467.358,07	623.361,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		86.412.814,20	85.789.452,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		101.880.172,27	86.412.814,20



2. NOTAS EXPLICATIVAS

2.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil, inaugurada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), em 28 de agosto de 1926. A Esav foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada, como UFV, em 1969. Além do campus localizado na cidade de Viçosa, a Universidade possui, desde 2006, os *campi* UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente.

Inicialmente, a instituição se destacou nas Ciências Agrárias, com os cursos de Agricultura e de Veterinária. Hoje, além de continuar sendo referência na área, também possui excelência no ensino, na pesquisa e na extensão das ciências Biológicas, Exatas e Humanas. A UFV oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós- graduação nos seus três *campi*, nos quais estão matriculados mais de 20 mil estudantes. No total, a Universidade já graduou mais de 60 mil profissionais e orientou a defesa de mais de 12 mil dissertações de mestrado e quatro mil teses de doutorado.

Frequentemente, a UFV é destaque em rankings educacionais do país e do mundo, já esteve, três vezes, entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais, de acordo com o *QS World University Rankings*, e entre as melhores de Minas Gerais, segundo o ranking da *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies*. O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor, entre as escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem).

A [relação dos responsáveis](#) de cada unidade e o [organograma completo](#) da universidade e maiores informações podem ser extraídas no site institucional da [Universidade Federal de Viçosa](#).

2.2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Além de abranger as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

Deste modo, as demonstrações contábeis visam fornecer as informações sobre a



situação econômico-financeira da entidade em relação ao seu patrimônio, desempenho e fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro aos diversos usuários. As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Cada demonstrativo contábil encontra-se acompanhado das correspondentes notas explicativas, sendo a análise dos dados realizada por meio de revisão analítica, com base nos valores e percentuais mais relevantes e na materialidade das contas contábeis consolidadas do Órgão.

2.3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Considerando que as políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na elaboração e na apresentação das Demonstrações Contábeis (Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). A UFV apresentará a seguir as principais políticas e práticas adotadas na elaboração das suas demonstrações contábeis.

a) Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Portanto, no âmbito da UFV, as demonstrações contábeis não apresentam registros em moeda estrangeira. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.05 – Conta Única do Tesouro Nacional.*

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui o numerário em caixa oriundo da Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Vale ressaltar que a adoção do conceito de conta única decorrente do Princípio de Unidade de Tesouraria, instituído pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige o controle das receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, em caixa único. Com isso, no BF os saldos advindos de exercício anterior com destinação para o seguinte deverão constar no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

c) Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo realizáveis até doze meses da data das Demonstrações Contábeis, relacionados a: (I) adiantamentos concedidos a pessoal; (II) adiantamentos de suprimento de fundos; e, (III) remuneração de recursos aplicados na Conta única. Os valores são mensurados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. *Manual Siafi, macrofunções:*



02.03.37 – *Créditos a Receber – Clientes;* 02.03.38: *Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações;* 02.03.39: *Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos;* 02.03.41: *Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar;* 02.03.42: *Ajustes para Perdas Estimadas;* 02.11.38: *Diversos Responsáveis.*

d) Estoques

Compreendem os materiais de consumo disponíveis no almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto na Lei nº 4320/1964, em seu art. 106, inciso III. Ressalta-se a possibilidade de redução de valores do estoque em razão das contas de ajustes de perdas ou valor de mercado, quando o registrado superar o de mercado. *Manual Siafi, macrofunção:* 02.03.48 – *Estoques;* 02.03.42 – *Ajustes para Perdas Estimadas.*

e) Imobilizado

O Ativo Imobilizado, conforme a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, é um item tangível que é mantido para produção ou fornecimento de bens ou serviços ou aluguéis a terceiros, ou para fins administrativos, com expectativa de uso superior a um período contábil. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis reconhecidos inicialmente pelo valor ou custo de aquisição, construção ou produção. Após reconhecidos, os bens sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (em caso de vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Quando os gastos não geram tais benefícios são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período. *Manual Siafi, macrofunção:* 02.03.44 – *Bens Imóveis;* 02.03.43 – *Bens Móveis;* 02.11.34 – *Movimentação e Alienação de Bens;* 02.03.30 – *Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.;* 02.03.35 – *Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.*

f) Intangível

O Ativo Intangível é definido pela NBC TSP 08 como o ativo não monetário, identificável e sem forma física. Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor sofridas ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito da UFV, encontram-se registrados contabilmente os softwares de vida útil indefinida adquiridos de terceiros e outros direitos. *Manual Siafi, macrofunção:* 02.03.30 – *Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.;* 02.03.35 – *Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável;* 02.03.45 – *Ativos Intangíveis.*



g) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis

A base de cálculo para a contabilização da depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado ou intangível, que engloba os custos diretos e indiretos, excluindo-se o valor residual. Portanto, aplica-se o método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis não objeto de cadastro no sistema corporativo da SPU e quotas constantes para os bens móveis.

Destaca-se que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), disponibilizou sua nova Plataforma de Gestão Unificada dos Imóveis da União (SPUNet). Nessa primeira fase foram disponibilizados os módulos de cadastro/caracterização e o módulo de avaliação de imóveis em uso especial. Em dezembro/2022 iniciou-se a sincronização dos dados dos imóveis cadastrados do SPIUNet para o SPUNet e em junho/2024 procederam ao desligamento do SPIUNet em relação ao cadastro de novos Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP) imóvel.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis, não cadastrados no sistema da SPU, e bens móveis devem iniciar no primeiro dia do mês seguinte à sua colocação em uso. Contudo, se o valor do bem adquirido e da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês. Os bens imóveis cadastrados no sistema corporativo da SPU têm sua vida útil definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as suas características.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFV é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, por meio do Método da Parábola de Kuentzle, sendo o registro realizado no Siafi pela CCONT/STN. A depreciação iniciará no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

h) Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações. *Manual Siafi, macrofunção: 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos; 02.03.17 – Restos a Pagar.*

i) Passivo não circulante

Compreende as obrigações de longo prazo evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações. O passivo não circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais de longo prazo.

j) Apuração do resultado



No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

j.i) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que a geração de benefícios econômicos fluirá para a UFV e podem ser mensuradas confiavelmente por meio do regime de competência. Ressalta-se a exceção das receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa conforme orientação do MCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, que implica a saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos com base no regime de competência. As despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas seguem o regime de caixa de acordo com o MCASP.

A apuração do resultado ocorre pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a conta de apuração. Após isso, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP, que semelhantemente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, evidencia o resultado patrimonial como medida do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

j.ii) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como os demais órgãos da União, segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas com base no art. 35 supracitado.

O Superávit/Déficit é apresentado no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário e o superávit com as despesas. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita abrangem os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados às despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

j.iii) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios,



orçamentários e extraorçamentários, ocorridos durante o exercício, que alteram as disponibilidades da UFV. O Balanço Financeiro permite a apuração do resultado financeiro, porém não se deve confundir com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Além disso, com base no princípio de caixa único pode-se verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Esta apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas pelos fluxos operacional, de investimentos e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa a partir da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Assim, podem-se comparar os fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e o total do passivo a fim de identificar, por exemplo, a parcela de recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

2.4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde aos valores disponíveis que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil. Esse grupo tem por finalidade atender às despesas vinculadas a pagamentos, mediante o registro contábil efetuado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, à disposição dos órgãos. Ademais, compreende o numerário e outros bens e direitos caracterizados por elevada liquidez e imediata conversibilidade em moeda nacional.

O montante registrado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa pode ser verificado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa. A variação entre os saldos apresentados nos exercícios de 2025 e 2024 evidenciou um acréscimo de 17,90%.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa	101.880.172,27	86.412.814,20	17,90

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

No 4º trimestre de 2025, do total referente à composição da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, demonstrado na Tabela 1, R\$ 80.405.103,35 (78,92%) corresponderam aos repasses financeiros destinados ao pagamento da folha de pessoal e respectivos encargos, registrados na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento. Dessa forma, tais recursos encontravam-se comprometidos, devidamente aprovados e aguardavam apenas a liberação financeira.

Nota 02 - Demais créditos e valores a curto prazo

Essa conta refere-se aos adiantamentos concedidos a servidores, fornecedores e terceiros. No período analisado, os demais créditos e valores a curto prazo representaram 0,11% do total do Ativo, registrando um acréscimo de 22,82% em relação a 2024.



Tabela 2 – Demais créditos e valores a curto prazo R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	AV %	31/12/2024	AV %
Salarios e ordenados - pagamento antecipado	1.223.145,57	73,56	912.324,97	67,39
Adiantamento a prestadores de serviços	25.174,91	1,51	25.174,91	1,86
Valores a rec por devolução desp. Estornadas	335,00	0,02	335,00	0,02
Cred a rec de acerto finan c/servidor/ex serv	390.974,32	23,51	390.974,32	28,88
Remuneração recursos aplic na ctu a receber	23.073,32	1,39	24.911,65	1,84
Demais Créditos e Valores Curto Prazo	1.662.703,12	100,00	1.353.720,85	100,00

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

A conta Adiantamentos Concedidos a Pessoal refere-se aos adiantamentos de salários, férias e 13º salário, representando 90,49% dos créditos e valores a curto prazo no exercício de 2025. O Acórdão nº 1.322/2018 – TCU, bem como o Ofício-Circular nº 6/2018, encaminhado pela Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), promoveram alterações na forma de registro das provisões para pagamento do 13º salário e do adiantamento de férias de servidores e empregados públicos. Em decorrência dessas orientações, os órgãos e entidades passaram a realizar a apropriação mensal, pelo regime de competência, das parcelas duodecimais relativas ao pagamento do abono constitucional de férias (1/3) e do 13º salário, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

O adiantamento a prestadores de serviços, no valor de R\$ 25.174,91, referiu-se às despesas decorrentes da contratação de empresas de despacho aduaneiro, destinadas ao pagamento de despesas acessórias relacionadas a processos de importação. No período analisado, não houve movimentação nessa conta, de modo que o saldo acumulado refere-se a exercícios anteriores, os quais demandam verificação e conciliação junto à área responsável pelas contratações.

Nota 03 - Estoques

Os estoques constituem ativos sob a forma de materiais ou suprimentos destinados ao consumo, à utilização na prestação de serviços ou à distribuição no curso normal das atividades da entidade. Em 31/12/2025, o saldo registrado foi de R\$ 982.335,60, referente a estoques de material de consumo, apurado com base no Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) emitido pelo Almoxarifado Central. No período analisado, os estoques representaram 0,07% do total do Ativo.

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH %
Almoxarifado – Material de Consumo	982.335,60	733.979,44	33,84

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Ao comparar os saldos de estoques dos exercícios de 2025 e 2024, observou-se um acréscimo de 33,84%, decorrente, principalmente, da utilização de materiais necessários ao funcionamento da Instituição.

A implantação do subsistema de estoques do SIADS foi efetivada nas seguintes



Unidades Gestoras (UGs):

- UG 154052 – Campus Florestal, em 22/09/2021;
- UG 150174 – Campus Rio Paranaíba, em 13/09/2021;
- UG 154053 – Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (CEPET), em 13/09/2021.

Na UG 154051 – Campus Viçosa, a implantação encontra-se em atraso em razão de inconsistências apresentadas pelo sistema, mesmo após tentativas de correção realizadas em nível local e pela equipe da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em decorrência disso, o SERPRO foi acionado pela STN por meio do ticket nº 2024SS/5501087747X, conforme registrado no Processo SEI nº 23114.911110/2021-50, tendo sido excluída toda a personalização do SIADS Grande Porte e cancelado o procedimento de batimento. A continuidade do processo de implantação depende da geração de um novo arquivo, devidamente atualizado com as movimentações ocorridas, e de sua posterior importação no SIADS Web.

Ressalta-se, ainda, que o Sistema Interno de Materiais (SIM) foi substituído, em janeiro de 2024, pelo SIMPLUS (Sistema de Compras e Controle de Almoxarifado), a partir do qual são extraídos os Relatórios de Movimentação de Almoxarifado (RMA).

Nota 4 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado, classificado como ativo não circulante, representou 92,90% do Ativo Total da Instituição e apresentou o acréscimo de 5,47% em relação ao exercício anterior. Em 31/12/2025, o saldo do imobilizado da UFV superou R\$ 1,3 bilhão. Os investimentos em bens móveis e imóveis são indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento das atividades finalísticas e administrativas da Instituição.

Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o imobilizado é segregado em bens móveis e bens imóveis, conforme Tabela 4. Os ativos imobilizados são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, construção ou produção, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis à colocação do bem em condições de uso. Após o reconhecimento inicial, os bens estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, quando aplicável, à redução ao valor recuperável (*impairment*) e à reavaliação, observados os critérios e procedimentos estabelecidos nas normas contábeis vigentes.

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH %
Bens Móveis	188.646.014,09	146.293.143,85	28,95
(+) Valor Bruto Contábil	281.513.070,36	229.498.779,03	22,66
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(92.867.056,27)	(83.205.635,18)	11,61
Bens Imóveis	1.187.597.270,28	1.158.573.622,41	2,51
(+) Valor Bruto Contábil	1.188.105.926,59	1.158.720.238,90	2,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(508.656,31)	(146.616,49)	246,93
Total	1.376.243.284,37	1.304.866.766,26	5,47

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

a) Bens Móveis

O subgrupo Bens Móveis, integrante do Ativo Imobilizado, compreende os bens



de uso geral adquiridos por compra, doação ou permuta, destinados à manutenção das atividades institucionais. Esses bens caracterizam-se como de natureza permanente, uma vez que, em condições normais de uso, possuem vida útil superior a dois anos. Em razão dessa característica, são incorporados ao patrimônio após o devido registro e cadastramento nas contas contábeis apropriadas, estando sujeitos à sua mobilidade intrínseca por movimentação própria ou remoção decorrente de fatores externos.

No exercício de 2025, o valor bruto dos bens móveis representou 12,73% do total do Ativo, abrangendo, entre outros, equipamentos, mobiliário e veículos, utilizados no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	AV%	31/12/2024	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	137.798.473,50	73,05	105.916.025,11	72,40
Bens de Informática	51.510.358,91	27,31	45.044.956,23	30,79
Móveis e Utensílios	40.274.035,31	21,35	29.704.498,41	20,30
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	17.683.890,64	9,37	15.568.513,37	10,64
Veículos	18.221.649,43	9,66	15.670.573,23	10,71
Bens Móveis em Andamento	5.399.883,59	2,86	7.109.667,23	4,86
Bens Móveis em Almoxarifado	48.500,00	0,03	48.500,00	0,03
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	0,00	4.859,70	0,00
Demais Bens Móveis	10.571.419,28	5,60	10.431.185,75	7,13
Depreciação/Amortização Acumulada	(92.867.056,27)	(49,23)	(83.205.635,18)	56,88
Total	188.646.014,09	100,00	146.293.143,85	100,00

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Em 2025, os bens móveis da UFV totalizaram cerca de R\$ 281 milhões, considerando-se os valores brutos originais e históricos, sem a dedução da depreciação acumulada. O saldo líquido dos bens móveis apresentou crescimento de 28,95% em relação ao exercício de 2024, representando 12,73% do Ativo Total da Instituição.

No subgrupo Bens Móveis em Andamento são registrados os gastos deferidos relativos à aquisição parcelada de elevadores, cuja reclassificação para a conta definitiva de bens móveis ocorrerá na entrega integral dos bens. Esse subgrupo também contempla os adiantamentos para importação de bens e serviços, registrados na conta Importação em Andamento. A conciliação e o acompanhamento das importações pendentes de tombamento e incorporação patrimonial, em conjunto com o Serviço de Patrimônio da UFV, encontram-se formalizados no Processo SEI nº 23114.919899/2022-78. Para a verificação da situação atualizada das aquisições em andamento registradas na conta contábil 1.2.3.1.1.07.03 – Adiantamento para Inversões em Bens Móveis, no SIAFI, foi instaurado o Processo nº 23114.921906/2024-82. Essas medidas visam à conciliação dos saldos contábeis e à adequada evidenciação dos atos e fatos decorrentes das atividades institucionais, consoante aos princípios da fidedignidade e transparência das demonstrações contábeis.

O registro na conta Bens Móveis em Almoxarifado refere-se à entrada de bem permanente no Campus Florestal, registrada no SIADS, cuja movimentação encontra-se impedida em razão da não implantação do módulo Patrimônio na respectiva



UG/UASG. Para regularizar a inconsistência, foi aberto o chamado nº CH202231314 junto ao e-Serviços da equipe de suporte ao SIADS da STN, encaminhado o Comunica nº 2022/1042309 à Setorial Contábil do MEC, cuja resposta, sob o nº 2022/1066920, orientou a reiteração do chamado, considerando que, conforme entendimento da CCONT/STN, os saldos contábeis do SIAFI devem estar compatíveis com os registros do SIADS, sendo toda a movimentação patrimonial originada neste sistema.

O subgrupo Demais Bens Móveis correspondeu a 5,60% do total dos bens móveis da Instituição e abrange os bens em comodato (bens móveis a classificar), reconhecidos no Ativo no exercício de 2020, com base nos saldos das contas de natureza de controle (8.9.7.2.1.09.00, 8.9.7.2.1.10.00 e 8.9.7.2.1.14.00). Ressalta-se que encontra-se em andamento a conciliação dos comodatos recebidos e cedidos vigentes no Processo SEI nº 23114.906540/2024-11, em atendimento ao Comunica nº 2024/3332480, expedido pela Setorial Contábil do MEC.

A distribuição da carga patrimonial dos bens móveis entre as Unidades Gestoras vinculadas à UFV foi apresentada na Tabela 6.

Unidade Gestora	2025	2024	R\$ 1,00 AH%
154051 – Campus Viçosa	243.658.750,15	196.129.196,37	24,23
154052 - Campus Florestal	21.800.562,05	18.349.609,26	18,81
150174 - Campus Rio Paranaíba	15.590.574,48	14.731.894,48	5,83
154053 - CEPET	463.183,68	288.078,92	60,78
Total	281.513.070,36	229.498.779,03	22,66

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Nesse contexto, do total de Bens Móveis registrados na UFV, considerando o valor histórico ou custo de aquisição, a maior parte referiu-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, cuja composição detalhou-se na Tabela 7.

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto,Lab e Hosp	68.753.259,32	50.642.332,86	35,76
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	18.374.572,78	14.679.972,34	25,17
Aparelhos de Medição e Orientação	17.710.395,30	14.739.407,29	20,16
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	9.161.058,46	7.521.280,01	21,80
Máquinas e Equipamentos Industriais	6.243.626,54	3.696.038,01	68,93
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.307.079,89	2.971.223,12	44,96
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	3.661.256,23	3.233.203,40	13,24
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.468.735,04	1.842.602,79	33,98
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.406.169,46	2.139.226,34	12,48
Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.748.436,82	1.765.072,29	(0,94)
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.587.513,10	1.601.167,17	(0,85)
Aparelho e Equipamento p/ Esportes e Diversões	1.189.039,45	859.688,39	38,31
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	136.390,71	136.830,90	(0,32)
Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	50.733,70	68.846,70	(26,31)
Equipamentos de Montaria	206,70	6.359,70	(96,75)
Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	0,00	12.773,80	(100,00)
Total	137.798.473,50	105.916.025,11	30,10

Fonte: SiafiWeb, 2025.



A conta Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares representou 35,76% do subgrupo de Bens Móveis, compreendendo os bens adquiridos para a execução das atividades da Instituição, incluindo laboratórios de aulas práticas, Divisão de Saúde e demais departamentos acadêmicos.

Ressalta-se a restrição contábil apontada na Declaração do Contador em 2024, relacionada à evolução incompatível dos saldos do Relatório de Movimentação de Bens (RMB) gerado pelo Sistema Integrado de Materiais (SIM) em comparação aos registros contábeis no SIAFI em alguns *campi* da UFV. Tais divergências decorreram das dificuldades de classificação das despesas de capital, uma vez que a Instituição utiliza um sistema próprio (SIM) para o registro, mensuração e controle patrimonial, o qual apresenta limitações na geração de informações tempestivas e consistentes com os preceitos estabelecidos pelo MCASP e PCASP. Para mitigar essas inconsistências, têm sido implementadas melhorias nos procedimentos dos fluxos de bens, como transferências, doações, baixas patrimoniais e atualização de saldos de depreciação.

A Instituição encontra-se em fase de migração para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), instituído pela Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia, atualizada pela Portaria ME nº 4.378/2022, com o objetivo de gerenciar e controlar os acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, ativos intangíveis e frota de veículos, incluindo o cálculo de depreciação e amortização. O cronograma de implantação encontra-se registrado no Processo SEI nº 23114.911110/2021-50.

Atualmente, a implantação do subsistema de patrimônio está em andamento nos campi de Viçosa (CAV), Florestal (CAF), Rio Paranaíba (CRP) e CEPET, sendo que os arquivos extraídos do SIM foram validados e importados automaticamente no SIADSWeb. Espera-se que a implementação integral do SIADS resolva as divergências nos valores patrimoniais e corrija os saldos de depreciação, promovendo maior fidedignidade, consistência e transparência na gestão patrimonial da Instituição.

b) Bens Imóveis

Os bens imóveis constituem a parcela mais significativa do patrimônio da Instituição, abrangendo os investimentos em imobilizado destinados à expansão e adequação da capacidade instalada, com o objetivo de suportar as atividades acadêmicas e administrativas. Em 31/12/2025, considerando o valor contábil, os bens imóveis da UFV totalizaram R\$ 1,1 bilhão, distribuídos conforme as contas contábeis apresentadas na Tabela 8, representando 80,17% do total do Ativo.

Tabela 8 – Bens Imóveis – Composição				R\$ 1,00
Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %	
Bens de Uso Especial	1.152.637.669,04	1.116.063.369,92	3,28	
Bens Imóveis em Andamento	35.468.257,55	42.656.868,98	(16,85)	
Depreciação/Amortização Acumulada	(508.656,31)	(146.616,49)	246,93	
Total	1.187.597.270,28	1.158.573.622,41	2,51	

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Em comparação com o exercício anterior, verificou-se um aumento de 2,51% no total de bens imóveis, decorrente da atualização de valores dos bens de uso especial e



da conclusão de pagamentos relativos a obras em andamento. Considerando o valor contábil bruto, o subgrupo Bens Imóveis de Uso Especial, detalhado na Tabela 9, representou 97,06% do total de bens imóveis da Instituição.

Tabela 9 – Bens de Uso Especial – Composição

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH %
Fazendas, Parques e Reservas	156.912.524,39	156.912.524,39	0,00
Imóveis de Uso Educacional	988.762.897,21	952.296.463,91	3,83
Imóveis Residenciais e Comerciais	107.865,82	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	6.854.381,62	6.854.381,62	0,00
Total	1.152.637.669,04	1.116.063.369,92	3,28

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

A maior representatividade no grupo de Bens Imóveis pertence aos Imóveis de Uso Educacional (85,78%), compreendendo prédios, salas e demais estruturas físicas destinadas exclusivamente às atividades de ensino e pesquisa. Os responsáveis pela gestão e acompanhamento de obras e imóveis registraram no sistema corporativo da SPU as obras concluídas, que se refletiu na variação de 3,28% nos saldos dos bens Imóveis de Uso Educacional em relação aos últimos exercícios.

Ressalta-se que o saldo registrado em imóveis residenciais e comerciais decorreu de um erro de digitação de contas contábeis, uma vez que se trata, na realidade, de obra em andamento (conta 123110601). Essa inconsistência foi corrigida em janeiro de 2026 para refletir adequadamente a natureza do ativo.

Os valores dos bens imóveis da UFV registrados no sistema corporativo da SPU têm sido mantidos atualizados, com base em parâmetros oficiais e fidedignos, de modo a aproximar os valores contabilizados dos valores justos, segundo a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e pelo MCASP, em atendimento à recomendação da CGU na Nota de Auditoria nº 1112626_01. Na Tabela 10 apresentou-se a atualização dos valores por matrícula dos bens imóveis da UFV.

Tabela 10 – Imóveis de Uso Educacional – Evolução

Conta Contábil	Matrícula	2025	2024	2024	2022
123210107 Imóveis de Uso Educacional	4519000015002	140.772.019,60	139.867.501,58	135.998.388,58	131.405.642,37
	5109000045001	161.722,60	161.722,60	161.722,60	161.722,60
	5109000065002	2.508.007,00	2.508.007,00	2.508.007,00	2.508.007,00
	5109000085003	777.408,80	777.408,80	777.408,80	777.408,80
	5109000175002	65.956.664,41	62.733.251,85	24.429.868,93	16.776.871,71
	5427000045009	765.527.622,40	733.189.119,68	704.729.723,39	396.516.670,50
	5427000205006	13.059.452,40	13.059.452,40	13.059.452,40	13.059.452,40
	Total	988.762.897,21	952.296.463,91	881.664.571,70	861.205.775,38

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Os Bens Imóveis em Andamento representaram 2,99% dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFV. Tais bens apresentaram uma redução de 16,85% em relação ao exercício anterior devido aos lançamentos no sistema da SPU. Deste modo, na conta de bens em andamento, destinada ao registro de obras e serviços de ampliação das estruturas não concluídas para o ensino e pesquisa, executadas nos *campi* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba, permaneceram 13 obras



detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de Obras em Andamento

Conta contábil 123210601 - Obras em Andamento			
Inscrição	Nome	Inscrição	Nome
IM0003618	Edifício Departamento de Fitotecnia/Agronomia	IM0003796	Piscina e vestiário
IM0003628	Caldeira DTA	IM0003800	UFV - IDATA
IM0003645	Pavimentação de vias do CENTEV	IM0003813	Construção almoxarifado de produtos químicos
IM0003647	Cobertura da quadra do pavilhão de aulas - DEF	IM0003814	Espaço Multiuso Campus UFV/Rio Paranaíba
IM0003657	Pavilhão de Laboratórios - CAF	IM0003820	Ete da Zootecnia (Animal House) UFV/Viçosa
IM0003721	UFV - Prédio DTA	IM0003822	Novo edifício do Departamento de Direito/UFV
IM0003823	Complexo Esportivo - UFV		

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

A variação de 246,93% na depreciação acumulada decorreu da metodologia de cálculo adotada pelo sistema da SPU, que adota a lógica de estoque. Essa abrangência pode gerar variações nos valores apurados, uma vez que as alterações nos parâmetros de cálculo implicam na reavaliação dos bens e na atualização dos valores de mensuração.

Nota 5 - Intangível

O Ativo Intangível da UFV foi constituído por softwares com vida útil indefinida e outros direitos intangíveis, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Intangível – Composição R\$ 1,00

Software com Vida Útil Indefinida	Inscrição	31/12/2025	AV %
Soft. BIM-Bulding Informantion Modeling/DAU	ISUFV0008	87.600,00	14,18
Trade In das Controladoras Zonedirector	ISUFV0009	136.600,00	22,11
Software de Análise Numérica Não Linear Atena	ISUFV0010	46.559,92	7,54
Gestor Documental Acervo Acadêmico Digital	ISUFV0014	28.880,96	4,67
Hypack Ultralite	ISUFV0018	48.460,00	7,84
Terrset	ISUFV0019	39.900,00	6,46
Midas Fea NX	ISUFV0020	58.234,00	9,42
Simapro	ISUFV0021	39.900,00	6,46
Stata/SE 18 Academic Perpetual Licence	ISUFV0023	16.000,00	2,59
Software com Vida Útil Definida			
Software Academic Perpetual	ISUFV0024	9.829,12	1,59
Outros Direitos - Bens Intangíveis			
Estudo Integrado da Disponibilidade Hídrica	ISUFV0015	105.939,78	17,15
Total		617.903,78	100,00

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Em 31/12/2025, o grupo de Ativo Intangível atingiu o montante bruto de R\$ 617.903,78, representando 0,04% do total do Ativo, com redução de 12,20% em relação ao exercício anterior, decorrente das baixas realizadas de softwares classificados equivocadamente como intangível. O software ISUFV0024 foi registrado indevidamente como vida útil definida, quando na realidade era indefinida, com isso,



procedeu-se a reclassificação em 22/01/2026.

Espera-se crescimento da conta de Ativo Intangível em função da aquisição de softwares para utilização em pesquisas e atividades correlatas. Entretanto, verifica-se a ausência de evidenciação de registros de marcas, patentes e do teste anual de redução ao valor recuperável dos bens intangíveis classificados com vida útil indefinida (não amortizáveis) nos demonstrativos contábeis. Essa situação deve-se à interpretação da Macrofunção 02.03.45 – Intangíveis, segundo a qual, na fase de pesquisa, não ocorre o reconhecimento do ativo intangível. Dessa forma, os ativos de propriedade intelectual registrados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) pela UFV não constam no Balanço Patrimonial.

Como providências foi solicitada à Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), por meio do Processo SEI nº 23114.913493/2022-81, a lista detalhada dos bens intangíveis e demais ativos incorpóreos, incluindo sua natureza (marcas, patentes, softwares, contratos, licenças, direitos autorais, desenvolvimento de tecnologia e outros), descrição completa, origem (forma de aquisição) e tipo (permanente ou temporário), visando ao levantamento inicial para avaliação da evidenciação contábil conforme os dispositivos legais. A contabilização definitiva desses ativos depende da valoração por comissão técnica especializada, conforme os requisitos das NBC TSP 07 a 10, para assegurar a mensuração, classificação e divulgação adequada nos demonstrativos contábeis.

Nota 6 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos contábeis relativos à reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a NBCASP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos detalhados devem ser observados conforme o Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no site da STN, e a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2024.

A UFV utiliza o Sistema Integrado de Materiais (SIM) para o cálculo da depreciação e reavaliação de bens, no qual são registrados, processados e emitidos os Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) para subsidiar o registro e conciliação contábil no SIAFI. A depreciação é calculada pela segregação das principais contas com base nos critérios de relevância definidos pela STN e no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30.

O tratamento contábil de bens móveis e intangíveis será consolidado com a implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS/STN), de uso compulsório. Em janeiro de 2024, o SIM foi migrado para o SIMPLUS, refletindo na extração do RMA para envio à Contabilidade da UFV. Em janeiro de 2026, iniciarão os registros e o controle de ativos intangíveis adquiridos de terceiros, inicialmente os softwares, em um módulo do SIM. No exercício de 2025, os bens móveis da UFV não passaram pelo processo de reavaliação, assim como o teste de perdas por redução ao valor recuperável de intangíveis não foi realizado. Embora, a carga patrimonial tenha



sido atualizada com a finalização do inventário físico.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2024 dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, cujo cadastrado se dá nos sistemas corporativos da SPU para subsidiar o Balanço Geral da União.

Nesse contexto, os valores dos bens imóveis de uso especial devem ser reavaliados, aplicando-se, a título de benfeitoria, o percentual definido pela SPU; em caso de alteração da área construída ou ocorrência de sinistros como incêndio, desmoronamento ou arruinamento, independentemente do valor investido. Os valores são atualizados sistematicamente anualmente, na data-base de 31 de dezembro, considerando os parâmetros específicos de cada imóvel e os preços unitários regionais. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no sistema da SPU e dos bens móveis inicia-se no primeiro dia do mês subsequente à data de colocação em uso. Excepcionalmente, quando os valores forem relevantes, admite-se o cômputo proporcional da depreciação em frações inferiores a um mês.

O sistema SPIUNet foi substituído pelo SPUNet, destinado ao cadastro, controle e atualização do valor patrimonial dos imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada com base nos arquivos enviados pela SPU à STN.

A depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurada mensalmente de forma automática sobre o valor depreciável da acessão, utilizando o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação inicia-se no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, conforme a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

onde:

- Kd = coeficiente de depreciação;
- n = vida útil da acessão;
- x = vida útil transcorrida da acessão.

A vida útil será definida com base em laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 7 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo

Na Tabela 12 apresentaram-se as Obrigações a Pagar a Curto Prazo com pessoal e encargos decorrentes.



Tabela 12 – Obrigações a Pagar Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Salários, remuneração e benefícios	64.542.373,01	52.060.716,51	23,98
Benefícios previdenciários a pagar	2.338.104,79	4.311,48	54129,75
Benefícios Assistenciais a Pagar	-	2.519.304,96	-
Encargos Sociais A Pagar	8.957.972,68	282.717,21	3068,53
Total	75.838.450,48	54.867.050,16	38,22

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Com base no Balanço Patrimonial, este grupo configurou o segundo maior compromisso de curto prazo de natureza fixa da Instituição, correspondendo a 25,42% do Passivo Exigível Total, com acréscimo de 38,22% em relação ao exercício de 2024.

Os valores a pagar referem-se, principalmente, à folha de pagamento de pessoal do mês anterior, cujas ordens bancárias são baixadas apenas no primeiro dia útil do mês subsequente à assinatura, em razão das alterações na rotina de pagamento. Já os valores de Férias a Pagar correspondem às provisões mensais efetuadas em observância ao princípio da competência.

Na conta Benefícios Assistenciais a Pagar registra-se o montante do repasse ao Instituto UFV de Seguridade Social (AGROS), relativo ao benefício de assistência à saúde per capita médica e odontológica destinado aos servidores da UFV. Esse passivo é reconhecido no fechamento do mês, sendo o repasse efetivado ao AGROS no início do mês seguinte.

A contribuição a Entidades de Previdência Complementar refere-se à provisão para pagamento da FUNPRESP Patronal (Previdência Complementar dos Servidores Públicos) dos servidores ativos da Instituição que ingressaram após 2012, sob o regime da nova regra de aposentadoria, sujeitos ao limite/teto previdenciário.

Nota 8 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2025, a UFV apresentava um saldo de R\$ 2.643.835,96 referente aos fornecedores nacionais a pagar no curto prazo, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Circulante - Nacionais	2.643.835,96	2.441.269,99	8,30

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Este grupo correspondeu a 0,89% das obrigações da Instituição e compreendeu os compromissos relacionados à manutenção das atividades acadêmicas e administrativas. Aliás, por se tratar de uma conta cíclica do passivo, seu saldo não implica necessariamente em aumento efetivo das obrigações da Instituição. O total de Fornecedores e Contas a Pagar, segregado por unidades gestoras e referente às obrigações de curto prazo, foi apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	31/12/2025	31/12/2024	AH %
154051 – Campus Viçosa - CAV	2.634.469,45	2.402.058,57	9,68



154052 – Campus Florestal - CAF	9.366,51	39.238,42	(76,13)
Total	2.643.835,96	2.441.269,99	8,30

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Importante ressaltar que os pagamentos seguem uma sistemática de envio de financeiro pela Setorial Financeira do MEC, ou seja, obedecem ao cronograma de liberação com base nas despesas efetivamente liquidadas na data de fechamento do mês. A UG 154052 (CAF) não possui receita própria e depende de sub-repasses da UASG 154051 (Viçosa). Portanto, a variação em fornecedores e contas a pagar reflete o gerenciamento de fluxo de caixa e rotatividade dos pagamentos e não representa um aumento ou redução de compromissos potenciais, mas a melhoria na administração.

Em 2025 não houve saldo de compromissos registrados na conta de fornecedores na UG 154053 (CEPET). Na Tabela 15, relacionou-se os principais compromissos com fornecedores com base no saldo em aberto do exercício de 2025. A Unidade Gestora 154051 foi responsável por 99,65% do total de fornecedores e contas a pagar de curto prazo, apresentando um acréscimo de 9,68% em relação ao exercício de 2024. A análise comparativa dos demonstrativos evidenciou uma maior movimentação de recursos em relação ao exercício anterior.

A ampliação da liquidação de despesas, que gera os compromissos junto aos fornecedores, reflete nos pagamentos, ocasionando maior rotatividade no fluxo de caixa. Assim, a redução do prazo médio de pagamento, e consequentemente do saldo a pagar, depende da liberação tempestiva de recursos financeiros para a efetivação dos pagamentos. Ressalta-se que os pagamentos seguem a sistemática de envio de recursos financeiros pela Setorial Financeira do MEC, obedecendo ao cronograma de liberação com base nas despesas efetivamente liquidadas até a data de fechamento do mês.

A UG 154052 (CAF) não possui receita própria, dependendo de sub-repasses da UASG 154051 (Viçosa). Dessa forma, a variação nos fornecedores e contas a pagar reflete o gerenciamento do fluxo de caixa e a rotatividade dos pagamentos, não indicando aumento ou redução de compromissos potenciais, mas a eficiência na administração financeira. Em CEPET, a execução orçamentária e financeira passou a ser realizada na UG 154051, por isso, não há registro de saldo de compromissos na conta de fornecedores em 2025. Na Tabela 15, relacionou-se os principais compromissos com fornecedores, considerando os saldos em aberto em 2025.

Fornecedores	31/12/2025	R\$ 1,00 AV %
Fundação Arthur Bernardes	2.030.537,39	76,21
S&M Serviços Ltda	189.278,33	7,10
MT Empreiteira Ltda	153.280,13	5,75
Sigma Engenharia e Construção Ltda	94.005,08	3,53
Renova – Comércio e Serviços Ltda	41.399,48	1,55
Paulo Afonso Miranda & Cia Ltda	34.596,42	1,30
Global Bands Comercio Ltda	23.160,90	0,87
Dental Oeste Ltda	21.359,52	0,80
Datagroup Serviços Ltda	18.712,47	0,70
Write Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda	11.156,13	0,42
Demais	26.350,11	0,99



Total	2.643.835,96	100,00
--------------	---------------------	---------------

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Os principais fornecedores relacionados na Tabela 15 corresponderam a 99,01% do total a pagar, dos quais 76,21% destinaram-se à Fundação Arthur Bernardes, cujas obrigações decorreram da liquidação de despesas de transferência para execução de projetos de apoio institucional, voltados às atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Ressalta-se que parte das obrigações com fornecedores registradas no BP corresponde a despesas liquidadas, mas ainda não pagas, referentes a restos a pagar de exercícios anteriores, resultantes do alongamento indevido em contas de passivo. Nesse contexto, os setores responsáveis têm sido acionados para manifestação e regularização dos processos de pagamento, de modo a ajustar a situação junto aos fornecedores.

Nota 9 - Obrigações a Curto Prazo

A conta Obrigações a Curto Prazo com a União, demonstrada na Tabela 16, refere-se aos tributos federais retidos de terceiros (fornecedores, funcionários, prestadores de serviços etc.), que devem ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) ao Tesouro Nacional.

Tabela 16 – Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Recursos Fiscais - DARF a emitir	5.363,13	5.363,13	0,00
Total	5.363,13	5.363,13	0,00

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

O saldo registrado correspondeu ao remanescente na conta contábil “Recursos Fiscais – DARF a emitir”, sem movimentação desde o exercício de 2012. No exercício de 2021, foram efetuados os recolhimentos dos DARFs retidos em exercícios anteriores, pendentes de regularização, conforme orientação da Setorial Contábil do MEC. Ressalta-se que os registros atuais de retenção dos tributos federais são contabilizados no subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, especificamente na conta 21881.01.06 – Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro.

Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 2025, o subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo destacado na Tabela 17 totalizou R\$ 219.263.365,85, representando 73,50% do total do Passivo.

Tabela 17 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Consignações	50.928.554,53	37.123.086,95	37,19
Depósitos não judiciais	7.665.697,22	1.676.432,83	357,26
Outras obrigações a Curto Prazo	160.669.114,10	171.501.143,14	(6,32)
Total	219.263.365,85	210.300.662,92	4,26

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

As Consignações são os descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal que não foram recolhidos até o encerramento do trimestre, destinados a associações, sindicatos e instituições financeiras. O principal consignatário dos repasses relacionados



a planos de saúde e previdência foi o Instituto UFV de Seguridade Social (AGROS).

Os Depósitos Não Judiciais referem-se ao depósitos em conta vinculada originários de órgãos e unidades externas para pagamento de obrigações sob sua responsabilidade e as cauções de fornecedores que executam contratos com a UFV, cuja baixa depende da conclusão dos referidos contratos.

Os registros relativos aos Termos de Execução Descentralizada (TED) evidenciam a existência de recursos pendentes de comprovação pela unidade gestora recebedora. Nesse processo, a unidade descentralizadora apropria o direito na conta 11382.38.00, enquanto a recebedora registra a obrigação na conta 21892.06.00. Dessa forma, a conta Transferências Financeiras a Comprovar constitui importante indicador da relevância dos recursos externos para a Instituição.

Nota 11 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Na Tabela 18, apresentou-se a composição do grupo de contas do ativo e passivo financeiro e permanente da UFV.

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	R\$ 1,00 AH %
Ativo Financeiro	101.880.172,27	86.412.814,20	17,90
Recursos da Conta Única Aplicados	11.153.183,07	16.601.421,60	(32,82)
Demais contas – Caixa Econômica Federal	0,00	6.217,11	
Limite de saque com vinculação de pgto – OFSS	2.669.636,06	1.765.838,46	51,18
Limite de saque c/vinc. pgto – ordem pgto - OFSS	80.405.103,35	66.394.298,51	21,10
Garantias	7.652.249,79	1.645.038,52	365,17
Ativo Permanente	1.379.506.226,87	1.307.658.237,67	5,49
Demais créditos e valores a curto prazo	1.662.703,12	1.353.720,85	22,82
Estoques	982.335,60	733.979,44	33,84
Imobilizado	1.376.243.284,37	1.304.866.766,26	5,47
Intangível	617.903,78	703.771,12	(12,20)
Passivo Financeiro	189.399.097,92	140.292.571,73	35,01
Adiantamento a Clientes e Demais obrigações a curto prazo	58.891.682,59	39.055.041,46	50,82
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	2.643.835,96	2.441.296,99	8,30
Obrig. trab. previd. e assist. a pagar – CP	75.838.450,48	54.867.050,16	38,22
Obrigações fiscais a curto prazo	571.217,15	441.293,60	29,44
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	45.698.547,91	34.830.463,23	31,20
RP não processados a liquidar	5.755.363,83	8.657.426,29	(33,52)
Passivo Permanente	160.374.905,55	171.255.001,42	(6,35)
Indenizações, Restituições e Compensações	2.688,43	2.688,43	0,00
Transferências financeiras a comprovar – TED	160.368.994,83	171.249.090,70	(6,35)
Recursos fiscais – DARF a emitir	3.222,29	3.222,29	0,00

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

No exercício de 2025, o Ativo Financeiro da UFV totalizou R\$ 101.880.172,27, compreendendo os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, bem como os numerários, registrando o acréscimo de 17,90% em relação a 2024. De modo geral, esse grupo refere-se aos recursos disponíveis em caixa da Instituição, cuja maior parcela, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial,



encontra-se comprometida com o pagamento da folha de pessoal e de fornecedores.

Vale destacar que 14,02% desse grupo correspondeu a valores diretamente arrecadados, oriundos de receitas patrimoniais, como aluguéis de imóveis, serviços prestados em concursos e demais eventos acadêmicos, como apresentado na Tabela 23. Tal composição evidenciou a dependência de recursos descentralizados de outros órgãos governamentais para a manutenção das atividades institucionais. A análise do Balanço Orçamentário (item 2.5) e da Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.7) contribuiu para melhor compreensão do potencial e da dinâmica desse grupo de contas.

O Ativo Permanente abrangeu os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependeu de autorização legislativa, totalizando R\$ 1.379.506.226,87, com crescimento de 5,49% em relação a 2024. Em linhas gerais, correspondeu ao ativo imobilizado, créditos e estoques essenciais ao atendimento das atividades finalísticas.

O Passivo Financeiro compreendeu as dívidas fundadas e demais obrigações cujo pagamento independe de autorização orçamentária, totalizando R\$ 189.399.097,92, valor que representou um acréscimo de 35,01% em relação a 2024. Esse crescimento refletiu a melhoria na tempestividade dos registros das obrigações de curto prazo, não configurando um aumento dos compromissos efetivos da Instituição.

Nesse grupo foram incluídos os compromissos decorrentes da execução das despesas orçamentárias, provenientes de Restos a Pagar Processados (empenhos liquidados e não pagos) e de Restos a Pagar Não Processados (empenhos ainda não liquidados), os serviços da dívida a pagar, conforme disposto nos arts. 92 e 98 da Lei nº 4.320/1964, uma vez que tais despesas já percorreram o estágio do empenho e não demandam nova autorização orçamentária para pagamento. Além disso, os compromissos oriundos de entradas compensatórias, previstas no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 4.320/1964, relacionadas a depósitos, débitos de tesouraria e outros valores de terceiros, que possuem natureza temporária e devolutiva integram o Passivo Financeiro. O pagamento ou recolhimento desses valores não requer autorização orçamentária, por se tratarem de recursos extraorçamentários.

O Passivo Permanente considerou as dívidas fundadas e demais obrigações que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate, totalizando R\$ 160.374.905,55, com redução de 6,35% em relação a 2024. Esse grupo contemplou as dívidas fundadas, os encargos de pessoal apropriados pelo regime de competência, como as férias e 13º salário ainda não empenhados, precatórios e outras obrigações pendentes de autorização e execução orçamentária, que, enquanto não empenhadas, permaneceram classificadas no passivo permanente.

Nesse contexto, com base na diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, foi possível apurar o superávit ou déficit financeiro do exercício, considerando-se, quando aplicável, os saldos de créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. No exercício de 2025, apurou-se um déficit financeiro de R\$ 87.518.925,65, em razão de as obrigações superarem os recursos financeiros disponíveis, conforme demonstrativo de superávit/déficit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial.

Nota 12 - Atos Potenciais Ativos



Na Tabela 19, apresentou-se a principal conta de controle do Ativo da Instituição, cuja finalidade foi registrar os direitos potenciais sob a responsabilidade de terceiros, decorrentes de convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, que poderiam resultar no aumento do ativo ou na redução do passivo.

Tabela 19 – Atos Potenciais Ativos – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Contratos de aluguéis em execução	1.315.315,68	2.022.901,61	(34,98)
Termo de execução descentralizada a receber	42.658.185,21	35.191.716,68	21,22
Execução dos Atos Potenciais Ativos	43.973.500,89	37.214.618,29	18,16

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

No quadro de compensações do Balanço Patrimonial (ativo e passivo), verificou-se que a maior parte dos registros decorreram de direitos a receber relativos a recursos a serem descentralizados por diversos órgãos do Governo Federal. O valor total contratado contemplou os recursos recebidos e ainda não comprovados, pendentes de prestação de contas ou baixa contábil. O saldo de R\$ 42.658.185,21 correspondeu ao montante total de recursos pendentes na programação financeira do órgão, registrados sob a forma de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres, contabilizados durante a formalização pelo órgão concedente.

Os registros das receitas diretamente arrecadadas (receitas próprias), oriundas de aluguéis, reduziram 34,98% em relação ao exercício anterior, decidido a conciliação das contas e o registro da execução dos contratos. A divergência entre a arrecadação de receitas próprias identificada nos Balanços Orçamentário e Financeiro (receitas patrimoniais e de serviços) e o controle dos contratos de terceiros (atos potenciais ativos) deveu-se a ausência de registro no SIAFI em exercícios anteriores a 2022.

Nota 13 - Atos Potenciais Passivos

Os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos e fatos que podem vir a impactar negativamente o patrimônio da entidade, de forma imediata ou indireta. A principal finalidade desse grupo é o controle dos atos e fatos administrativos suscetíveis de gerar aumento do passivo ou redução do ativo da Instituição.

As informações que compõem esse grupo são oriundas de instrumentos que envolvem responsabilidades assumidas perante terceiros, como convênios, contratos e demais instrumentos congêneres. No exercício de 2025, a UFV apresentou um saldo de R\$ 232.817.200,12 em Atos Potenciais Passivos, registrados no Balanço Patrimonial, no Quadro de Compensações, referentes aos compromissos contratuais a executar, detalhados na Tabela 20.

Tabela 20 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Obrigações Contratuais	31/12/2025	31/12/2024	AH %
Serviços em execução	226.764.786,89	183.086.333,24	23,86
Fornecimento de bens em execução	5.172.376,12	4.777.516,47	8,26
Aluguéis em execução	668.706,89	668.253,16	0,07
Seguros em execução	211.330,22	189.702,62	11,40
Obrigações Contratuais a Executar	232.817.200,12	188.721.805,49	23,37

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.



As Obrigações Contratuais corresponderam à totalidade dos Atos Potenciais Passivos e referem-se aos contratos com prestadores de serviços indispensáveis à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na Tabela 20, apresentou-se a composição dos Atos Potenciais Passivos, de acordo com a natureza dos respectivos contratos a executar, cujo acréscimo foi de 23,37% em relação ao exercício anterior.

As obrigações contratuais referentes aos serviços (elemento de despesa 339039) representaram 97,40% do total das obrigações assumidas pela UFV, em decorrência da terceirização de serviços vinculados às atividades-meio, associada à extinção de cargos públicos, que inviabiliza a contratação de servidores efetivos. Na Tabela 21, detalhou-se as unidades gestoras contratantes e os respectivos valores.

Tabela 21 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

UG Contratante	31/12/2025	31/12/2024	AH %
154051 - UFV	226.506.754,34	177.831.066,52	27,37
154052 - CAF	6.310.445,78	10.152.717,80	(37,84)
154053 - CEPET	0,00	738.021,17	(100,00)
Total	232.817.200,12	188.721.805,49	23,37

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Importante esclarecer que constam registrados na UG 154051 (Viçosa) todos os contratos executados/realizados na UG 150174 - Campus de Rio Paranaíba (CRP) e UG 154053 - CEPET, pois estas não são uma unidade gestora executora no período em análise. Na Tabela 22, listou-se os maiores fornecedores com contratos a executar no período, que representaram 88,60% do total das Obrigações Contratuais.

Tabela 22 – Maiores Obrigações Contratuais – Por Órgão R\$ 1,00

Contratados	31/12/2025	AV%	31/12/2024	AH %
S&M Conservação e Limpeza Ltda.	111.142.446,50	47,74	110.848.919,10	0,26
Cemig Distribuição S.A.	27.843.527,83	11,96	17.386.413,94	60,15
Trigoleve Industria e Comercio Ltda	9.217.653,94	3,96	542.338,84	1599,61
Medvitalis Serviços Ltda	7.353.003,51	3,16	-	-
Conservadora e Administradora Garcia Serviços Ltda	6.230.360,48	2,68	-	-
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	6.181.444,56	2,66	3.463.881,52	78,45
Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda	5.191.489,69	2,23	5.908.061,51	(12,13)
Pluma Terceirização Ltda	5.029.346,64	2,16	4.933.583,40	1,94
Eduardo Raymundo de Oliveira & Cia Ltda	4.923.541,36	2,11	267.746,67	1738,88
Duplo A Construções Ltda	4.803.647,86	2,06	-	-
Artebrilho Multiserviços Ltda	4.418.508,31	1,90	5.365.537,84	(17,65)
Arauna Serviços Especializados Ltda	4.313.429,26	1,85	711.137,55	506,55
Albatroz Segurança e Vigilância Ltda	3.380.738,50	1,45	2.278.389,94	48,38
Fundação Arthur Bernardes	3.195.924,68	1,37	514.143,68	521,60
Colabore – Serviços de Vigilância Armada Ltda	3.055.345,88	1,31	3.055.345,88	0,00
Demais	26.536.791,12	11,40	33.446.305,62	(20,66)
Total	232.817.200,12	100,00	188.721.805,49	23,37

Fonte: SiafiWeb, 2025.



Na Tabela 22, observou-se um aumento de 23,37% no valor de contratos em relação ao exercício anterior, decorrente de novas contratações e do registro tempestivo das informações. Os principais objetos contratados junto às empresas de maior representatividade foram:

- S&M Conservação e Limpeza Ltda.: Serviços de terceirização em limpeza e conservação;
- Cemig Distribuição S.A: Serviço de fornecimento energia elétrica;
- Trigoleve Indústria e Comércio Ltda: fornecimento de refeições;
- Medvitalis Serviços Ltda: Serviço de portaria e manutenção predial;
- Conservadora e Administradora Garcia Serviços Ltda: serviços auxiliares de trabalhador agropecuário e veterinário;
- Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda: realização de obras e serviços de engenharia;
- Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda.: intermediação no fornecimento de combustíveis, peças automotivas e prestação de serviços relacionados à manutenção e gestão da frota da UFV;
- Pluma Terceirização Ltda: serviços de terceirização de cessão de mão de obra;
- Eduardo Raymundo de Oliveira & Cia Ltda: Serviço de fornecimento energia elétrica;
- Duplo A Construções Ltda: realização de obras e serviços de engenharia;
- Artebrilho Multiserviços Ltda.: serviços de limpeza e conservação;

Vale ressaltar que as obrigações contratadas por meio de convênios, classificadas no grupo de contas “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, embora não apresentem saldo no Quadro de Compensações do Balanço Patrimonial, encontram-se registradas com saldos remanescentes de exercícios anteriores. A conclusão e a respectiva baixa desses registros devem ser objeto de acompanhamento pelo gestor responsável. Os convênios referem-se à Casa de Caridade de Viçosa – Hospital São João Batista (CNPJ nº 25.945.403/0001-34), registrada sob a NS 2016NS004358 – CV836201, no valor de R\$ 152.492,09, e à Fundação Assistencial Viçosense (CNPJ nº 17.989.187/0001-09), registrada sob a NS 2016NS004295 – CV836203, no valor de R\$ 150.000,00.

Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Tais ajustes decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes e devem ser reconhecidos na conta do patrimônio líquido. Em 2025, o valor de R\$ 44.444,05 correspondeu ao saldo da conta 237110300 – Ajustes de exercícios anteriores referente a incorporação de importação em andamento conforme processos SEI nº 23114.919899/2022-78, 018112/2013 e 005566/2014.

2.5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia a composição das receitas e despesas



orçamentárias previstas e realizadas pela UFV, bem como o confronto entre as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas executadas no exercício. As despesas decorrentes da execução de recursos recebidos por descentralização orçamentária integram o montante das despesas empenhadas demonstradas no BO.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que estimou a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025, foi instituída pela Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025.

Nota 15 - Receitas

Ressalta-se que, para fins de análise do BO, as receitas da UFV não incluem as receitas de transferências financeiras evidenciadas no Demonstrativo de Variações Patrimoniais aumentativas (DVP) e no Balanço Financeiro (BF).

a) Receitas Correntes

As receitas correntes realizadas em 2025 totalizaram R\$ 11.995.933,33, conforme demonstrado na Tabela 23. Vale ressaltar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 foi aprovada em 10 de abril de 2025.

Tabela 23 – Receita prevista x arrecadada/realizada – Composição				R\$ 1,00
Receitas Correntes	Prevista	Arrecadada	Saldo	
Serviços	11.812.394,00	9.830.365,31	(1.980.949,15)	
Patrimonial	2.432.860,00	1.958.682,72	(474.177,28)	
Outras Receitas Correntes	35.400,00	206.885,30	171.485,30	
Total	14.280.654,00	11.995.933,33	(2.284.720,67)	

Fonte: SiafiWeb, 2025.

Na Tabela 23, comparou-se a receita corrente prevista na Lei Orçamentária Anual e a receita efetivamente arrecadada em 2025, permitindo avaliar o desempenho da arrecadação própria da UFV. Observou-se que o total de receitas correntes arrecadadas alcançou R\$ 11.995.933,33, ou seja, um valor inferior ao montante previsto de R\$ 14.280.654,00, que resultou na frustração de arrecadação de R\$ 2.284.720,67 no exercício.

As receitas de serviços constituíram a principal fonte de arrecadação própria da Instituição e corresponderam a 81,95% do total das receitas correntes realizadas. Apesar de sua relevância, esse grupo apresentou arrecadação inferior à previsão inicial, com realização de R\$ 9.830.365,31 frente ao valor estimado de R\$ 11.812.394,00. Essas receitas decorrem da exploração de atividades acadêmicas e administrativas, como as taxas de concursos públicos, emissão de documentos institucionais, serviços de hospedagem e alimentação, execução de estudos, pesquisas e eventos. A dinâmica das atividades acadêmicas influencia esse tipo de arrecadação, pois o aumento do fluxo de demandas institucionais tende a ampliar a geração dessas receitas.

As receitas patrimoniais totalizaram R\$ 1.958.682,72, representando 16,33% do total das receitas correntes realizadas. A arrecadação advém da exploração de ativos institucionais, como os aluguéis de imóveis cedidos a outras instituições e empresas para suas atividades operacionais. A variação observada em 2025 está associada a processos de reequilíbrio econômico-financeiro e à celebração de novos contratos de locação.



No grupo das outras receitas correntes, foram arrecadados R\$ 206.885,30, valor significativamente superior ao inicialmente previsto. Esse comportamento reflete a natureza atípica e cíclica dessas receitas, que englobam indenizações, restituições, resarcimentos e reposições ao erário, inclusive as decorrentes de descontos em folha de pagamento. Trata-se de receitas de caráter não recorrente, sem previsibilidade orçamentária consistente e com impacto marginal sobre as operações regulares.

Por fim, como evidenciado nos Atos Potenciais Ativos, embora não exerça influência direta sobre o volume arrecadado, o controle das receitas institucionais tem sido objeto de análises contínuas e de aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais no setor responsável desde março de 2022, com vistas ao fortalecimento da governança e da confiabilidade das informações contábeis.

b) Receitas de Capital

No 4º trimestre de 2025, estava prevista a arrecadação de R\$ 450.006,00 em receitas da categoria econômica de capital, oriundas da alienação, por meio de leilão, de bens móveis antieconômicos e irrecuperáveis de propriedade da UFV. Contudo, não houve a realização de leilão no exercício, razão pela qual não se concretizou a arrecadação da receita prevista.

Ressalta-se que a dependência desse tipo de receita é limitada pelo fato de sua ocorrência ser esporádica e condicionada a fatores operacionais e administrativos, não se configurando como fonte regular de financiamento quando comparada às transferências provenientes de órgãos superiores.

Nota 16 - Despesas

A despesa pública representa o compromisso de aplicação dos recursos públicos, previamente autorizados pelo Poder Legislativo, a fim de atender às demandas coletivas estabelecidas no orçamento. O demonstrativo evidencia a dotação atualizada e as correspondentes despesas empenhadas (executadas), classificadas por grupo de natureza da despesa, em conformidade com a classificação orçamentária vigente.

Os grupos Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes integram a categoria econômica das Despesas Correntes, enquanto os grupos Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida compõem a categoria econômica das Despesas de Capital.

a) Despesas Correntes

Na Tabela 24, apresentou-se a execução das despesas correntes por grupo de natureza.

Tabela 24 – Execução das Despesas Correntes – Composição R\$ 1,00

Desp.	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Emp.	Desp. Liquid.	Despesas Pagas	Saldo
Pessoal Enc.Soc.	657.251.448,00	1.091.267.945,00	1.092.452.687,48	1.092.452.686,62	973.650.866,90	(1.184.742,48)
Outras Desp.Cor.	169.274.290,00	183.557.238,00	203.222.121,15	164.879.244,07	156.026.202,35	(19.664.883,15)
Total	826.525.738,00	1.274.825.183,00	1.295.674.808,63	1.257.331.930,69	1.129.677.069,25	(20.849.625,63)

Fonte: SiafiWeb, 2025.



A UFV teve seu orçamento aprovado para o exercício de 2025, com atualização da dotação orçamentária. As despesas orçamentárias apresentaram características de composição que permanecem inalteradas, ou seja, as despesas correntes com pessoal e encargos sociais continuaram a representar a maior participação no total do orçamento executado, em razão de seu caráter obrigatório e vinculado.

Considerando que o total da despesa empenhada foi superior ao total da dotação atualizada, inferiu-se que o orçamento da UFV não foi suficiente no 4º trimestre de 2025. Dessa forma, as despesas foram executadas com recursos do orçamento próprio e pertencentes a outros órgãos mediante o recebimento de créditos orçamentários.

O grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais referiu-se aos valores relacionados à folha de pagamento e aos respectivos encargos sociais. Por conseguinte, representou a maior parcela das despesas, correspondendo a 86,19% do total das despesas correntes pagas em 2025.

As Outras Despesas Correntes equivaleram a 13,81% das despesas correntes totais pagas e englobaram os gastos orçamentários com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, gastos com terceirização de mão de obra para apoio administrativo, manutenção predial, serviços de limpeza e vigilância.

Ressalta-se que as demais despesas da folha, compostas por benefícios, despesas com estagiários, serviços de seleção e treinamento, ajuda de custo, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, pessoal requisitado, indenização de moradia, resarcimento de mensalidades, residência multiprofissional e encargos patronais, integraram o total das Outras Despesas Correntes empenhadas.

b) Despesas de Capital

Na Tabela 25, apresentou-se a execução das despesas de capital por grupo de natureza.

Tabela 25 – Execução das Despesas de Capital – Composição R\$ 1,00

Despesas	Dot. Inicial	Dot. Atual.	Desp. Emp.	Desp. Liquid	Desp. Pagas	Saldo
Investimentos	6.840.472,00	10.276.640,00	11.232.688,65	3.877.018,68	3.824.422,25	(956.048,65)
Total	6.840.472,00	10.276.640,00	11.232.688,65	3.877.018,68	3.824.422,25	(956.048,65)

Fonte: SiafiWeb, 2025.

As despesas de capital da UFV destinaram-se à manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 2025, esse grupo foi integralmente composto por Investimentos, que abrange a aquisição de equipamentos e softwares, o planejamento e a execução de obras, instalações e a aquisição de material permanente.

Observou-se que a dotação inicial de R\$ 6.840.472,00 foi atualizada R\$ 10.276.640,00, refletindo os reforços orçamentários ao longo do exercício. Contudo, o montante de despesas empenhadas totalizou R\$ 11.232.688,65, superando a dotação atualizada, que resultou no saldo negativo de R\$ 956.048,65.

Do total empenhado, apenas R\$ 3.877.018,68 foram liquidados e R\$ 3.824.422,25 efetivamente pagos até o encerramento do 4º trimestre de 2025. Esse



comportamento indicou que parcela relevante dos investimentos encontrou-se em fase de execução, com despesas ainda pendentes de liquidação e pagamento, em consonância com a natureza plurianual de parte dos projetos de investimento.

Nota 17 - Resultado Orçamentário

No 4º trimestre de 2025, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 11.995.933,33, enquanto as despesas empenhadas totalizaram R\$ 1.306.907.497,28, ou seja, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 1.294.911.563,95.

Os Balanços Orçamentários de órgãos e entidades podem apresentar desequilíbrios e déficits orçamentários em razão de não serem agentes arrecadadores, executando despesas para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Essa situação não configura irregularidade, devendo ser evidenciada por nota explicativa que demonstre o montante de movimentações financeiras, transferências recebidas e concedidas, referentes à execução do orçamento do exercício.

Os valores das receitas realizadas consideram apenas as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, excluindo os créditos orçamentários recebidos por transferências ou valores destinados ao pagamento de restos a pagar. Tais créditos não foram incluídos no Balanço Orçamentário devido à metodologia de sua elaboração, que não contemplou o balanço consolidado do órgão superior.

Para compreensão completa do déficit, deve-se recorrer ao Balanço Financeiro (BF), onde os recursos financeiros, incluindo Transferências Financeiras Recebidas, dependentes da execução orçamentária, foram registrados no grupo dos Ingressos e representaram o total de créditos orçamentários recebidos. Dessa forma, as disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas, Transferências Financeiras Recebidas e Recebimentos Extraorçamentários) foram suficientes para suportar os déficits orçamentários registrados no Balanço Orçamentário.

Nota 18 - Restos a Pagar

Com base no Balanço Orçamentário, a análise dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Processados (RPP) refere-se aos créditos de exercícios anteriores registrados até o final de 2024. Já os valores “inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior” correspondem aos créditos originados da execução orçamentária do exercício de 2023.

a) Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

O art. 67 do Decreto nº 93.872/1986 define como Restos a Pagar Não Processados (RPNP) as despesas que, empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas até 31 de dezembro, devido a não conclusão da entrega dos bens, da prestação dos serviços contratados, de aferição parcial ou de obras não concluídas no exercício.

O RPNP é composto por despesas vinculadas a investimentos, obras e serviços de engenharia, com peculiaridades que demandam a fiscalização e a consequente previsão orçamentária para conclusão, mas já previstas no orçamento da Instituição. Por outro lado, as Outras Despesas Correntes referem-se aos gastos com manutenção das instalações e serviços terceirizados, como evidenciado nas análises do BO.



Na Tabela 26, observou-se que 80,08% dos RPNP referiram-se a restos a pagar inscritos em 31/12/2024, enquanto 19,92% são créditos de exercícios anteriores. Estes configuraram os restos a pagar não processados reinscritos, evidenciando a normalidade nos pagamentos e cancelamentos desses saldos de forma tempestiva.

Tabela 26 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Composição R\$ 1,00

Despesas	Inscritos Exerc. Ant.	Inscritos 31/12/2025	Liquidados	Pagos	Cancelados
Desp. Correntes – Outras Desp. Correntes	6.290.240,68	23.853.214,50	25.455.841,47	25.354.615,26	578.337,11
Desp. Capital - Investimentos	2.373.343,28	10.977.248,73	11.290.395,64	11.193.233,29	414.109,14
Total	8.663.583,96	34.830.463,23	36.746.237,11	36.547.848,55	992.446,25

Fonte: SiafiWeb, 2025.

Ademais, dos valores inscritos ao encerramento de 2024, apenas uma parcela das despesas originou-se dos créditos de 2023, considerando os pagamentos, bloqueios e cancelamentos previstos no Decreto nº 93.872/1986 para despesas não iniciadas. Em comparação aos exercícios anteriores, percebe-se que as políticas de redução dos estoques de restos a pagar apresentaram efeito positivo, com base na análise do BO.

Os créditos empenhados e não liquidados são bloqueados em junho pelo segundo ano consecutivo. Caso não sejam desbloqueados por não atenderem aos requisitos do Decreto nº 93.872/1986, esses créditos são cancelados ao final do exercício. Segundo a regra, estariam aptos ao bloqueio, em 30/06/2025, os restos a pagar não processados até essa data. Entretanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 – Lei nº 14.116/2020 sofreu alterações pela Lei nº 14.212, de 05/10/2021, que incluiu dispositivos específicos sobre o bloqueio e a vigência dos restos a pagar de 2021, especialmente no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Por força desse dispositivo, os restos a pagar não processados do MEC referentes a 2021 não foram objeto de bloqueio em 30/06/2024.

Com vistas a elucidar pontos adicionais, a Setorial Contábil do MEC solicitou esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pelo Comunica nº 2024/3416853, acerca da eventual existência de prazo indeterminado para o cancelamento desses restos a pagar e a abrangência da exceção para orçamentos executados pelas unidades do MEC com recursos provenientes de outros órgãos, conforme o Ofício-Circular nº 48/2024/GAB/SPO/SPO-MEC. Além disso, os saldos eventualmente reinscritos ou alongados de exercícios anteriores são verificados junto aos responsáveis pela contratação a fim de adotar as providências ou justificativas.

b) Restos a Pagar Processados (RPP)

Os Restos a Pagar Processados (RPP) correspondem a dispêndios originados de obrigações decorrentes da liquidação de despesas, principalmente aquelas vinculadas ao custeio. Considerando a política de repasse de transferências intragovernamentais, que estão condicionadas às despesas efetivamente liquidadas, o percentual dos RPP em relação ao total de Restos a Pagar apresenta participação não relevante.



Tabela 27 - Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados R\$1,00

Despesas	Inscritos Exerc Ant.	Inscritos 31/12/2024	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	-	84.409.130,94	84.409.130,94	-	-
Desp. Correntes – Outras Despesas Correntes	2.298.932,74	8.281.590,00	8.250.640,19	-	2.329.882,55
Desp. Capital - Investimentos	40.141,60	92.296,43	88.678,05	-	43.759,98
Total	2.339.074,34	92.783.017,37	92.748.449,18	-	2.373.642,53

Fonte: SiafiWeb, 2025.

Na Tabela 27, observou-se que 97,54% dos restos a pagar corresponderam aos processados inscritos em 31 de dezembro de 2024, enquanto 2,46% referiram-se a créditos de exercícios anteriores. No 4º trimestre de 2025, 97,50% do total dos restos a pagar inscritos foram efetivamente pagos. Ressalta-se que, nos últimos anos, houve uma tendência de redução e estagnação do estoque de restos a pagar processados.

Conforme informado na seção de Fornecedores, as obrigações inscritas em RPP de exercícios anteriores correspondem integralmente a despesas liquidadas e ainda não pagas ou canceladas até o encerramento dos três últimos exercícios.

Adicionalmente, o valor inscrito em Restos a Pagar Processados em 31/12/2024, referente à folha de pagamento do mês de dezembro de 2024 (R\$ 84.409.130,94), foi integralmente liquidado e pago no mês subsequente (janeiro/2025).

2.6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

Nota 19 – Resultado Financeiro

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, juntamente com os saldos de caixa do exercício anterior, transferidos para o início do exercício seguinte. Na Tabela 28, apresentou-se a comparação entre as receitas e despesas de 2025 e o resultado financeiro do exercício anterior.

Tabela 28 – Resultado Financeiro R\$ 1,00

Especificação	2025	2024	AH (%)
Receitas Orçamentárias	11.995.933,33	14.453.019,10	(17,00)
Despesas Orçamentárias	(1.306.907.497,28)	(1.135.482.239,31)	15,10
Resultado Orçamentário	(1.294.911.563,95)	(1.121.029.220,21)	15,51
Transferências Financeiras Recebidas	1.272.215.212,03	1.130.669.697,53	12,52
Transferências Financeiras Concedidas	(12.263.850,95)	(11.505.580,96)	6,59
Resultado das Transferências	1.259.951.361,08	1.119.164.116,57	12,58
Recebimentos Extraorçamentários	180.424.534,84	129.587.917,45	39,23
Pagamentos Extraorçamentários	(129.996.973,90)	(127.099.452,33)	2,28
Resultado Extraorçamentário	50.427.560,94	2.488.465,12	1926,45
Resultado Financeiro do Exercício	15.467.358,07	623.361,48	14,01

Fonte: SiafiWeb, 2025.

Ao comparar os exercícios de 2025 e 2024, observou-se que a receita orçamentária apresentou um acréscimo de 14,01%, em função do aumento de outros recursos vinculados a fundos, órgãos e programas. Outros fatores relevantes estão



detalhados no tópico referente às receitas orçamentárias do Balanço Patrimonial (BP).

Como principal fonte de ingressos financeiros, as transferências financeiras recebidas aumentaram 12,52%. Quando consideradas em conjunto com as despesas orçamentárias, indicaram menor necessidade de recursos externos para a cobertura das despesas. A análise detalhada e comparativa entre receitas e despesas orçamentárias encontra-se nas notas explicativas do Balanço Orçamentário (BO).

As transferências financeiras recebidas corresponderam a 82,02% do total do Balanço Financeiro (BF). A maior parte desses recursos originou-se do Ministério da Educação (Tesouro Nacional) e de outros órgãos da Administração Pública Federal, destinando-se ao pagamento das despesas obrigatórias com pessoal e encargos, que representam os maiores valores na Instituição. Os recebimentos classificados como “Independentes da Execução Orçamentária” referem-se aos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar inscritos.

As transferências financeiras concedidas ampliaram em comparação a 2024, passando de R\$ 11 milhões para R\$ 12 milhões, devido as movimentações independentes da execução orçamentária, relacionadas ao pagamento de restos a pagar, ajustes de saldos patrimoniais, aumento de sub-repasses concedidos e outros repasses.

O grupo de maior representatividade monetária registrado no BF foi a Despesa Orçamentária, que correspondeu a 84,26% do total. Essa rubrica englobou as despesas ordinárias e vinculadas fixadas no orçamento público, cuja execução depende de autorização legislativa. Em 2025, as despesas orçamentárias ordinárias aumentaram 35,93%, enquanto as vinculadas reduziram 47,81% em relação ao exercício de 2024.

Para o cálculo do resultado financeiro foram utilizadas duas metodologias, denominadas Metodologia 1 e Metodologia 2, apresentadas nas Tabelas 29 e 30.

Tabela 29 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 1 R\$ 1,00

Metodologia 1	2025	2024	AH %
(+) Ingressos (exceto Caixa)	1.464.635.680,20	1.274.710.634,08	14,01
(-) Dispêndios (exceto Caixa)	1.449.168.322,13	1.274.087.272,60	13,74
Resultado Financeiro do Período	15.467.358,07	623.361,48	2381,28

Fonte: SiafiWeb, 2025.

Tabela 30 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 2 R\$ 1,00

Metodologia 2	2025	2024	AH %
Caixa e Equiv. Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	101.880.172,27	86.412.814,20	17,90
Caixa e Equiv. Caixa: Saldo do Exercício Anterior	86.412.814,20	85.789.452,72	0,73
Resultado Financeiro do Período	15.467.358,07	623.361,48	2381,28

Fonte: SiafiWeb, 2025.

O resultado financeiro do exercício de 2025 apresentou superávit de R\$ 15.467.358,07. Em comparação a 2024, observou-se aumento desse resultado, em função das receitas superiores às despesas orçamentárias, conforme Tabela 28.

A análise detalhada das contas do BF evidencia que os montantes recebidos, incluindo a compensação dos recursos a receber referentes aos restos a pagar (independentes da execução orçamentária), superam os dispêndios incorridos. Esse comportamento é corroborado pela variação nos saldos de caixa no início e no final do exercício, resultando em um resultado financeiro superavitário.



Nota 20 - Restos a Pagar Não Processados

O grupo de Recebimentos Extraorçamentários compreende a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, registrada no grupo dos Ingressos, a fim de compensar a contrapartida do reconhecimento como despesa (empenhada), registrada no grupo dos Dispêndios. Essa sistemática baseia-se no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo o qual “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”. Assim, as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro são classificadas como restos a pagar não processados. Nessa linha, o art. 103, parágrafo único, da referida Lei estabelece que “os Restos a Pagar inscritos serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”.

Destaca-se que as maiores despesas estão relacionadas ao custeio, destinadas à manutenção e à ampliação das estruturas físicas dos *campi* da Instituição. Considerando que tais ingressos decorrem exclusivamente da inscrição de restos a pagar, a variação dos recebimentos extraorçamentários não representa, necessariamente, um indicador relevante para fins de análise financeira. No exercício de 2025, os recebimentos extraorçamentários apresentaram um acréscimo de 39,23%, correspondendo a 11,63% do total do BF, cuja regularização é tratada no tópico específico do BO. Observou-se, ainda, que a inscrição de restos a pagar não processados aumentou 31,20% em relação ao mesmo período do exercício anterior, ao passo que os pagamentos desses restos a pagar registraram redução de 22,29%.

Nota 21 - Restos a Pagar Processados

Considerando a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, observa-se que não houve evolução relevante em relação aos exercícios anteriores. O principal aspecto a ser destacado refere-se aos Restos a Pagar Processados (RPP) registrados em contrapartida à conta de fornecedores, relativos a exercícios anteriores a 2023, os quais se encontram em situação de alongamento indevido. Dessa forma, permanecem pendentes de pagamento ao longo de diversos exercícios, conforme já mencionado no tópico relativo ao passivo do BP.

A inscrição de restos a pagar processados apresentou um acréscimo de 37,79%, correspondendo a 25,33% do total de recebimentos extraorçamentários evidenciados no BF. Por sua vez, os pagamentos de restos a pagar processados registraram aumento de 16,40%, representando 71,35% do total dos pagamentos extraorçamentários do BF.

2.7. NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL – DVP

Nota 22 – Resultado Patrimonial

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio e evidencia as alterações, resultantes ou não da execução orçamentária, para apurar o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

O Resultado Patrimonial, apurado em 31/12/2025, apresentou um superávit no valor de R\$ 20.537.904,15 ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas



(Receitas) e Diminutivas (Despesas), como exposto na Tabela 31.

Tabela 31 – VPA x VPD

Variações Patrimoniais	2025	2024	R\$ 1,00 AH %
Aumentativas (VPA)	1.364.482.140,25	1.217.596.151,51	12,06
Diminutivas (VPD)	1.343.944.236,10	1.235.459.244,66	8,78
Resultado Patrimonial do Período	20.537.904,15	(17.863.093,15)	214,97

Fonte: SiafiWeb, 2025.

As VPAs ampliaram 12,06% e as VPDs 8,78%, em relação ao mesmo período de 2024. Tal fato é comprovado ao verificar que os passivos de curto prazo superaram os ativos de curto prazo, influenciando a obtenção desse resultado no exercício de 2025. Nos tópicos seguintes serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros contabilizados no Balanço Patrimonial.

Nota 23 - Variações Patrimoniais Aumentativas

a) Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Registraram-se, neste grupo, as variações patrimoniais aumentativas decorrentes da prestação de serviços e das demais receitas administrativas próprias da Instituição, como aluguéis, serviços administrativos e comerciais, inscrições em concursos públicos e taxas de registro de diplomas, evidenciado nas receitas orçamentárias do BO. No 4º trimestre de 2025, essas receitas reduziram 10,23%, refletindo a diminuição das atividades administrativas e acadêmicas da UFV no período.

b) Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Este item compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União mantidos junto ao Banco Central e da aplicação dos recursos da Conta Única, calculada com base na rentabilidade média intrínseca dos títulos do Tesouro Nacional. No exercício de 2025, tais receitas representaram 0,07% do total das VPAs, registrando-se um decréscimo de 32,70% em relação ao exercício de 2024. As informações complementares encontram-se evidenciadas no Balanço Patrimonial, no grupo Direitos.

c) Transferências e Delegações recebidas

Em razão das características dos créditos orçamentários da Instituição, este item apresentou a maior representatividade no grupo de receitas recebidas, correspondendo a 97,00% do total, por constituir a principal fonte de recursos. Observa-se relativa estabilidade se comparado ao exercício de 2024. A variação do grupo evidenciou um acréscimo de 15,29% em 2024. Para a análise detalhada dessa receita, recomenda-se a consulta ao BO e ao BF, no grupo de Receitas de Transferências.

d) Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

A variação observada neste grupo decorre da movimentação da conta 46401.01.00 – Ganhos com Desincorporação de Passivo, registrada na UG 154051, em razão da adoção da nova rotina de Termo de Execução Descentralizada (TED). Com isso, o ativo é apropriado na conta 11382.38.00 – Adiantamento de TED, em



contrapartida às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) da unidade gestora descentralizadora, e representaram 2,09% do total das VPAs do período.

No 4º trimestre de 2025, não foram registradas movimentações na conta de reavaliação de ativos no âmbito das VPA, relacionadas ao reconhecimento de bens imóveis de uso especial da União no sistema da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), referentes ao recebimento definitivo de obras concluídas. Ressalta-se que a apropriação do ativo como contrapartida da VPA está evidenciada em Nota Explicativa específica do Balanço Patrimonial, no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo.

Destaca-se que a conta Ganhos com Desincorporação de Passivos apresentou redução de 44,92% em relação ao mesmo período do exercício anterior, enquanto os ganhos com incorporação de ativos totalizaram R\$ 32.344,14 no período analisado.

e) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O acréscimo de 80,76% observado nesta VPA evidenciou a retomada da arrecadação de receitas próprias, decorrentes de multas administrativas aplicadas a terceiros por descumprimento de cláusulas contratuais, indenizações, restituições e demais ajustes oriundos de retificações de receitas orçamentárias devidas à UFV.

Todavia, em razão de seu caráter eminentemente cíclico e eventual, não foi possível mensurar de forma precisa sua contribuição para o resultado do exercício, tendo essa variação representado apenas 0,02% do total das VPAs no exercício de 2025.

Nota 24 - Variações Patrimoniais Diminutivas

a) Pessoal e Encargos

As despesas com pessoal correspondem às VPDs de remuneração do pessoal civil ativo, reduzido os subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, instituídas em lei, decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego público ou função de confiança. Trata-se da principal despesa institucional, resultante da provisão de gastos com pessoal ativo e inativo, e representou 52,34% do total das VPDs no exercício, com acréscimo de 17,65% em relação ao exercício de 2024.

As despesas com Benefícios a Pessoal, de natureza obrigatória, ampliaram 9,71% em comparação a 2024 e corresponderam a 5,97% do total das despesas com pessoal e encargos. Os encargos patronais são a despesas de responsabilidade da UFV, enquanto empregadora, decorrentes dos custos associados à remuneração de servidores e pensionistas, cuja análise vincula-se à evolução da remuneração de pessoal. Em 2025, esse grupo aumentou 17,03% em relação a 2024 e representou 8,84% do total das VPDs.

As informações detalhadas acerca da execução dessas despesas no exercício de 2025 estão evidenciadas no Balanço Orçamentário (BO).

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem-se neste grupo as despesas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e demais benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social e do Regime Geral de Previdência Social, bem como as ações de assistência social. Essas despesas representaram 34,64% das VPDs e aumentaram 2,66% em relação ao exercício de 2024.

O registro de Outros Benefícios Assistenciais a Pagar refere-se ao repasse



realizado ao Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), correspondente ao benefício de assistência à saúde, na modalidade per capita médica e odontológica, destinado aos servidores da UFV. Esse grupo representou 6,31% das VPDs, com aumento de 11,60% no exercício de 2025.

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Este grupo compreende despesas relativas a diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e deslocamentos, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras. No exercício de 2025, tais despesas representaram 8,35% das VPDs.

A depreciação mensal dos bens patrimoniais foi registrada de forma sistemática, com base no Relatório de Movimentação de Bens (RMB) extraído do Sistema Integrado de Materiais (SIM) utilizado pela UFV, correspondendo a 0,97% das VPDs, com acréscimo de 27,57% em relação a 2024.

A variação na conta de uso de material de consumo reduziu 3,04% em relação a 2024 em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFV. Tal despesa atrelada às atividades operacionais acadêmicas e administrativas equivaleu a 0,64% das VPDs. O principal impacto no exercício é representado pela variação na conta das despesas com serviços, que reduziu 5,61% no decorrer do 4º trimestre de 2025.

d) Transferências e Delegações concedidas

Neste grupo estão as transferências intergovernamentais e intragovernamentais, destinadas às instituições multigovernamentais, privadas com ou sem fins lucrativos, convênios, repasses ao exterior e execuções orçamentárias delegadas. Na UFV, as principais transferências são intragovernamentais, a instituições privadas (ANDIFES), ao exterior e destinadas a movimentação de bens entre unidades gestoras subordinadas (CAF). No exercício de 2025, essas transferências representaram 0,99% do total das VPDs, registrando o acréscimo de 0,64% em relação ao exercício anterior, como evidenciado no Balanço Financeiro.

e) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo abrange a desvalorização e perdas de ativos, incluindo os casos de reavaliação, redução ao valor recuperável, provisões para perdas, perdas na alienação de ativos e perdas involuntárias. Em 2025, a variação da conta de incorporação de passivo (2,63% das VPDs) resultou do lançamento de contrapartida do recebimento de TEDs a comprovar junto ao órgão concedente. A redução de 57,11% em relação a 2024, apesar de impactar o patrimônio, constituiu despesa econômica sem saída de recursos financeiros, cuja obrigação se encerra após a comprovação junto ao órgão cedente.

A desincorporação de ativos refere-se à baixa do saldo da conta de obras em andamento em decorrência da conclusão das obras. No 4º trimestre de 2025, observou-se redução nessa conta em razão da conciliação e regularização do saldo patrimonial.

f) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Este grupo refere-se ao pagamento de bolsas de estudo nos *campi* de Viçosa e Florestal, cujo aumento foi de 19,82% e representou 0,99% das VPDs. Vale ressaltar



que trata-se de despesa de caráter recorrente, vinculada às atividades acadêmicas e administrativas regulares da UFV.

2.8. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Nota 25 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes Caixa

No exercício de 2025, a Geração Líquida de Caixa aumentou se comparado a 2024. Na Tabela 32, detalhou-se a formação de Caixa e equivalentes de caixa ocorrida no período.

Tabela 32 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação R\$ 1,00

Item	2025	2024	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	101.880.172,27	86.412.814,20	17,90
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	86.412.814,20	85.789.452,72	0,73
Geração Líquida de Caixa	15.467.358,07	623.361,48	2381,28
- Atividades Operacionais	30.573.691,66	19.402.977,05	57,57
- Atividades de Investimentos	(15.106.333,59)	(18.779.615,57)	19,56
- Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa	15.467.358,07	623.361,48	2381,28

Fonte: SiafiWeb, 2025/2024.

Com base no Princípio da Unidade de Caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstra o resultado financeiro apurado no BF. Portanto, no 4º trimestre de 2025, a geração líquida de caixa foi de R\$ 15.467.358,07. O fluxo de caixa líquido inicial das atividades da UFV foi de R\$ 86.412.814,20 no exercício de 2025, com um acréscimo de 0,73% em relação a 2024. O saldo final da conta caixa e equivalente de caixa ampliou 17,90% se comparado ao exercício de 2024, como se observa no BF, após a equalização dos déficits do exercício anterior.

a) Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as responsáveis pela maior movimentação na geração líquida de caixa devido às características das operações da UFV tratadas nos tópicos do BO e BF. A receita de maior representatividade foi o grupo de Outros Ingressos representado pelas Transferências Financeiras Recebidas do MEC e outros órgãos, conforme BO.

Os desembolsos para cobrir os gastos com pessoal somado às transferências concedidas para manutenção das demais UG's vinculadas ultrapassaram R\$ 1,2 bilhões. Portanto, os ingressos provenientes de receitas próprias foram insuficientes para custeá-las, por isso dependeu do recebimento de transferências para equalizar a situação.

b) Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital distintas das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. Nos ingressos de caixa tem-se todas as atividades que visam a troca de ativos de liquidez baixa para alta. Assim, entendem-se as receitas de capital resultantes de



conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens) por meio de leilões, reservas e transferências de capital recebidas.

Por outro lado, os desembolsos relacionados às atividades de investimento englobam a aquisição de ativos de baixa liquidez (longo prazo para geração de benefício) e a concessão de empréstimos e financiamentos de longo prazo. No caso da UFV, a principal atividade se destina a realização e formação de ativos reais abrange, entre outras ações, o planejamento e execução de obras, compra de instalações, equipamentos e material permanente.

As atividades de investimento apresentaram uma variação de 19,56% em relação ao exercício de 2024 devido aos desembolsos com a aquisição de ativos não circulantes que corresponderam a 99,76% do fluxo de caixa das atividades de investimento.

c) Atividades de Financiamento

Na UFV não houve registros até o término 4º trimestre do exercício de 2025 de atividades relacionadas às operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital consideradas como atividades de financiamento.